

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	9
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	10
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	13
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	14
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	15
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	16
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	17
-----------------------------------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	76
-------------------------------------------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva - Sem Ressalva - Sem Ressalva	80
----------------------------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	82
-------------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	83
------------------------------------------------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	146.000
Preferenciais	0
Total	146.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.656.981	1.685.994
1.01	Ativo Circulante	277.793	297.020
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	806	2.952
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.366	25.130
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	6.366	25.130
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	6.366	25.130
1.01.03	Contas a Receber	5.407	5.557
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.407	5.557
1.01.03.02.01	Adiantamento a fornecedores	113	74
1.01.03.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	5.259	5.448
1.01.03.02.03	Outros Créditos	35	35
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.954	3.763
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.954	3.763
1.01.07	Despesas Antecipadas	200	143
1.01.07.01	Despesas de Exercícios Seguintes	200	143
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	260.060	259.475
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	260.060	259.475
1.01.08.01.01	Participações à Comercializar	260.060	259.475
1.02	Ativo Não Circulante	1.379.188	1.388.974
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	61.376	114.924
1.02.01.03	Contas a Receber	2	13
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	2	13
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	61.374	114.911
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	61.374	114.911
1.02.02	Investimentos	1.261.657	1.221.029
1.02.02.01	Participações Societárias	1.261.657	1.221.029
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.261.657	1.221.029
1.02.03	Imobilizado	9.697	8.503
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.697	8.503
1.02.04	Intangível	46.458	44.518
1.02.04.01	Intangíveis	46.458	44.518

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.656.981	1.685.994
2.01	Passivo Circulante	103.894	120.386
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.122	1.059
2.01.01.01	Obrigações Sociais	60	114
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.062	945
2.01.02	Fornecedores	1.766	668
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.766	668
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	57.935	77.877
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	28.847	44.604
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	28.847	44.604
2.01.04.02	Debêntures	29.088	33.273
2.01.04.02.01	Debêntures	29.088	33.273
2.01.05	Outras Obrigações	43.071	40.782
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	96	96
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	96	96
2.01.05.02	Outros	42.975	40.686
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	7.413	7.413
2.01.05.02.04	Contratos de Aquisição de Ativos	32.146	30.916
2.01.05.02.05	Outros Débitos	3.416	2.357
2.02	Passivo Não Circulante	173.462	194.789
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	173.459	194.771
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	16.233	13.328
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	16.233	13.328
2.02.01.02	Debêntures	157.226	181.443
2.02.01.02.01	Debêntures	157.226	181.443
2.02.04	Provisões	3	18
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3	18
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	3	18
2.03	Patrimônio Líquido	1.379.625	1.370.819
2.03.01	Capital Social Realizado	512.979	512.979
2.03.02	Reservas de Capital	3.702	3.380
2.03.03	Reservas de Reavaliação	257.292	267.721
2.03.04	Reservas de Lucros	104.031	78.844
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	501.621	507.895

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	18.063	15.042
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.251	-5.286
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-2.967	-1.919
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-2.156	-1.299
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-1.402	-1.348
3.04.02.04	Depreciação do Imobilizado	-113	-121
3.04.02.05	Amortização do Intangível	-613	-599
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	107	125
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	107	125
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	25.207	20.203
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	25.207	20.203
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	18.063	15.042
3.06	Resultado Financeiro	-9.579	-4.343
3.06.01	Receitas Financeiras	1.172	2.580
3.06.01.01	Receitas Financeiras	1.172	2.580
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.751	-6.923
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-10.751	-6.923
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	8.484	10.699
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.484	10.699
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	8.484	10.699
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,05810	0,07330
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,05810	0,07330

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	10.461	12.428
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-9.232	-5.117
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	8.484	10.699
6.01.01.04	Depreciação do Imobilizado	113	121
6.01.01.05	Amortização do Intangível	613	599
6.01.01.06	Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	799	0
6.01.01.08	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	9.526	5.673
6.01.01.09	Variações Monetárias de Contratos com Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-3.882	-2.544
6.01.01.11	Pagamento Baseado em Ações	322	538
6.01.01.12	Resultado de Equivalência Patrimonial	-25.207	-20.203
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	19.693	17.545
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-1.191	-71
6.01.02.04	Despesas do Exercício Seguinte e Outros Valores a Receber	18.679	17.229
6.01.02.05	Fornecedores	1.098	167
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	117	156
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-69	-32
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	1.059	96
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-20.679	7.260
6.02.01	Investimentos em Controladas e Coligadas	-34.296	-1.722
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em Participações a Comercializar	0	-8.000
6.02.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	18.276	18.375
6.02.06	Aquisição de Bens do Imobilizado	-1.307	-17
6.02.08	Adições ao Ativo Intangível	-3.352	-1.376
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	8.072	-21.389
6.03.01	Integralização de Capital em Dinheiro	0	7.979
6.03.02	Ágio na Emissão de Ações	0	1.194
6.03.05	Pagamentos para Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	0	-8.648
6.03.06	Recebimentos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	52.348	0
6.03.07	Juros Recebidos de Empresas Ligados, Operações não Comerciais	5.274	0
6.03.08	Captações através de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	15.495	8.000
6.03.09	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-28.359	-27.398
6.03.10	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-36.686	-2.516
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.146	-1.701
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.952	2.475
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	806	774

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	512.979	778.996	78.844	0	0	1.370.819
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	512.979	778.996	78.844	0	0	1.370.819
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	322	0	0	0	322
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	322	0	0	0	322
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.484	0	8.484
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.484	0	8.484
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-16.703	25.187	-8.484	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	25.187	-25.187	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-10.429	0	10.429	0	0
5.06.05	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	-6.274	0	6.274	0	0
5.07	Saldos Finais	512.979	762.615	104.031	0	0	1.379.625

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	461.947	881.253	10.135	0	0	1.353.335
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	461.947	881.253	10.135	0	0	1.353.335
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	538	25.697	-25.697	0	538
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	538	0	0	0	538
5.04.11	Outras Destinações	0	0	25.697	-25.697	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.699	0	10.699
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.699	0	10.699
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	51.032	-56.857	0	14.998	0	9.173
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-9.600	0	9.600	0	0
5.06.04	Aumento de Capital - AFAC	51.032	-52.226	0	0	0	-1.194
5.06.05	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	-5.398	0	5.398	0	0
5.06.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	9.173	0	0	0	9.173
5.06.09	Ágio na Subscrição de Ações	0	1.194	0	0	0	1.194
5.07	Saldos Finais	512.979	824.934	35.832	0	0	1.373.745

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	16.811	14.998
7.01.02	Outras Receitas	16.811	14.998
7.01.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	16.703	14.998
7.01.02.02	Outras receitas	108	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.765	-1.718
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.765	-1.843
7.02.04	Outros	0	125
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	0	125
7.03	Valor Adicionado Bruto	14.046	13.280
7.04	Retenções	-726	-720
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-726	-720
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	13.320	12.560
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	26.379	22.783
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	25.207	20.203
7.06.02	Receitas Financeiras	1.172	2.580
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	39.699	35.343
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	39.699	35.343
7.08.01	Pessoal	3.207	2.305
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.009	2.089
7.08.01.02	Benefícios	139	163
7.08.01.03	F.G.T.S.	59	53
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	460	361
7.08.02.01	Federais	445	347
7.08.02.02	Estaduais	3	5
7.08.02.03	Municipais	12	9
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.845	6.980
7.08.03.01	Juros	10.751	6.923
7.08.03.02	Aluguéis	94	57
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.484	10.699
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	8.484	10.699
7.08.05	Outros	16.703	14.998
7.08.05.01	Compensação de Prejuízos com a Parcela da Reserva de Reavaliação Realizada	16.703	14.998

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.990.512	3.015.614
1.01	Ativo Circulante	134.770	166.174
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	30.177	60.689
1.01.02	Aplicações Financeiras	27.560	39.327
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	27.560	39.327
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	27.560	39.327
1.01.03	Contas a Receber	64.530	54.721
1.01.03.01	Clientes	28.611	27.969
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	35.919	26.752
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	19.932	14.017
1.01.03.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	306	26
1.01.03.02.03	Outros Créditos	11.344	8.988
1.01.03.02.04	Indenizações de Seguro a Receber	4.337	3.721
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.631	5.879
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.631	5.879
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.872	5.558
1.01.07.01	Despesas de Exercícios Seguintes	4.872	5.558
1.02	Ativo Não Circulante	2.855.742	2.849.440
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	706.128	713.552
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	689.664	696.578
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	3.604	3.527
1.02.01.01.04	Depósitos Judiciais	1.028	1.183
1.02.01.01.05	Impostos a Recuperar	975	877
1.02.01.01.06	Outros Créditos	29	30
1.02.01.01.07	Ativos de Operações Descontinuadas	684.028	690.961
1.02.01.06	Tributos Diferidos	16.464	16.974
1.02.01.06.02	Créditos Tributários Diferidos	16.464	16.974
1.02.02	Investimentos	25	21
1.02.02.01	Participações Societárias	25	21
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	25	21
1.02.03	Imobilizado	1.011.877	992.380
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.011.877	992.380
1.02.04	Intangível	1.137.712	1.143.487
1.02.04.01	Intangíveis	1.137.712	1.143.487

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.990.512	3.015.614
2.01	Passivo Circulante	334.285	305.277
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.267	21.535
2.01.01.01	Obrigações Sociais	12.625	12.352
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.642	9.183
2.01.02	Fornecedores	30.518	38.628
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	30.518	38.628
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	212.320	179.933
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	172.376	137.551
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	172.376	137.551
2.01.04.02	Debêntures	39.944	42.382
2.01.05	Outras Obrigações	64.646	59.445
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.931	3.954
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.931	3.954
2.01.05.02	Outros	60.715	55.491
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	9.407	7.413
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	11.922	11.944
2.01.05.02.05	Contratos de Aquisição de Ativos	32.146	30.916
2.01.05.02.06	Outros Débitos	7.240	5.218
2.01.06	Provisões	3.534	5.736
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.534	5.736
2.01.06.01.05	Provisão para Manutenção	3.534	5.736
2.02	Passivo Não Circulante	1.241.923	1.302.822
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	399.258	448.754
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	218.294	244.502
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	218.294	244.502
2.02.01.02	Debêntures	180.964	204.252
2.02.02	Outras Obrigações	429.919	437.752
2.02.02.02	Outros	429.919	437.752
2.02.02.02.03	Receitas Diferidas, Líquidas	4.367	4.644
2.02.02.02.05	Outros Débitos	1.584	1.622
2.02.02.02.06	Passivos de Operações Descontinuadas	423.968	431.486
2.02.03	Tributos Diferidos	386.511	391.015
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	386.511	391.015
2.02.04	Provisões	26.235	25.301
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	26.235	25.301
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	5.842	6.245
2.02.04.01.05	Provisão para Manutenção	19.526	18.041
2.02.04.01.06	Provisão para Demandas Judiciais e Administrativas	867	1.015
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.414.304	1.407.515
2.03.01	Capital Social Realizado	512.979	512.979
2.03.02	Reservas de Capital	3.702	3.380
2.03.02.07	Reservas de Capital	3.702	3.380
2.03.03	Reservas de Reavaliação	257.292	267.721
2.03.04	Reservas de Lucros	103.646	78.463
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	501.621	507.895

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	35.064	37.077

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	167.366	128.297
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-103.642	-75.219
3.02.01	Operação, Manutenção e Conservação de Rodovias	-16.630	-12.250
3.02.02	Custo de Construção	-28.536	-14.259
3.02.03	Operação Portuária	-11.741	-4.382
3.02.04	Custo com Pessoal	-9.437	-9.196
3.02.05	Depreciação do Imobilizado	-9.521	-9.508
3.02.06	Amortização do Intangível	-24.751	-22.479
3.02.07	Remuneração do poder Concedente	-3.026	-3.145
3.03	Resultado Bruto	63.724	53.078
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-26.709	-16.151
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.507	-19.420
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-12.938	-9.688
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-4.003	-2.380
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-7.917	-5.148
3.04.02.04	Depreciação do Imobilizado	-1.735	-1.447
3.04.02.05	Amortização de Ágio sobre Investimentos	-914	-757
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	798	3.269
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	798	3.269
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	37.015	36.927
3.06	Resultado Financeiro	-24.388	-23.797
3.06.01	Receitas Financeiras	3.653	-1.953
3.06.01.01	Receitas Financeiras	1.690	895
3.06.01.02	Variação Cambial Passiva	1.963	-2.848
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.041	-21.844
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-28.041	-21.844
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	12.627	13.130
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.928	-2.645
3.08.01	Corrente	-11.342	-8.061
3.08.02	Diferido	4.414	5.416
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.699	10.485
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	599	2.972
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	599	2.972
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	6.298	13.457
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	8.585	13.723
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-2.287	-266
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	70.586	65.850
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	72.689	56.615
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	8.585	13.723
6.01.01.02	Provisão de Devedores Duvidosos	14	0
6.01.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-4.414	-5.416
6.01.01.04	Depreciação do Imobilizado	11.256	10.955
6.01.01.05	Amortização do Intangível	25.665	23.236
6.01.01.06	Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	13.234	10.659
6.01.01.08	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	21.338	16.461
6.01.01.10	Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	-148	-10.026
6.01.01.11	Pagamento Baseado em Ações	322	538
6.01.01.13	Apropriação de Receitas Diferidas, Líquidas	-277	-277
6.01.01.14	Participação de Acionistas não Controladores	-2.287	-266
6.01.01.15	Participações Destinadas a Venda	-599	-2.972
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.103	9.235
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-656	-1.191
6.01.02.02	Contas a Receber Empresas Ligadas, Operações Comerciais	-266	-7.956
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-1.850	-907
6.01.02.04	Despesas do Exercício Seguinte e Outros Valores a Receber	3.645	39.940
6.01.02.05	Fornecedores	-8.110	-19.903
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.459	1.410
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	17	14.813
6.01.02.09	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	11.342	-8.061
6.01.02.10	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-11.069	-9.892
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	3.385	982
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-63.881	-24.892
6.02.01	Investimentos em Controladas e Coligadas	0	-163
6.02.02	Aquisição de Investimento	-4	0
6.02.05	Aquisição de Bens do Imobilizado	-31.629	-22.779
6.02.07	Adições ao Ativo Intangível	-32.248	-1.950
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-37.217	-44.640
6.03.01	Integralização de Capital em Dinheiro	0	7.979
6.03.02	Ágio na Emissão de Ações	0	1.194
6.03.08	Captações Através de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	53.547	15.116
6.03.09	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-45.020	-62.745
6.03.10	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-45.744	-6.184
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-30.512	-3.682
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	60.689	17.960
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	30.177	14.278

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	512.979	778.996	78.463	0	0	1.370.438	37.077	1.407.515
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	512.979	778.996	78.463	0	0	1.370.438	37.077	1.407.515
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	322	0	0	0	322	0	322
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	322	0	0	0	322	0	322
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.480	0	8.480	-2.013	6.467
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.585	0	8.585	-2.287	6.298
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-105	0	-105	274	169
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	-105	0	-105	274	169
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-16.703	25.183	-8.480	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	25.183	-25.183	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-10.429	0	10.429	0	0	0	0
5.06.05	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	-6.274	0	6.274	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	512.979	762.615	103.646	0	0	1.379.240	35.064	1.414.304

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	461.947	881.253	8.227	0	0	1.351.427	0	1.351.427
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	3.717	0	0	3.717	0	3.717
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	461.947	881.253	11.944	0	0	1.355.144	0	1.355.144
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	538	25.005	-25.005	0	538	0	538
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	538	0	0	0	538	0	538
5.04.11	Outras Destinações	0	0	25.005	-25.005	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.007	0	10.007	0	10.007
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.007	0	10.007	0	10.007
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	51.032	-56.857	0	14.998	0	9.173	0	9.173
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-9.600	0	9.600	0	0	0	0
5.06.04	Aumento de Capital - AFAC	51.032	-52.226	0	0	0	-1.194	0	-1.194
5.06.05	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	-5.398	0	5.398	0	0	0	0
5.06.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	9.173	0	0	0	9.173	0	9.173
5.06.09	Ágio na Subscrição de Ações	0	1.194	0	0	0	1.194	0	1.194
5.07	Saldos Finais	512.979	824.934	36.949	0	0	1.374.862	0	1.374.862

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	214.943	162.698
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	153.086	126.179
7.01.02	Outras Receitas	61.857	36.519
7.01.02.01	Receitas de Construção	28.536	14.259
7.01.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	16.703	14.998
7.01.02.03	Outras Receitas	16.604	7.262
7.01.02.04	Provisão Para Devedores Duvidosos	14	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-77.934	-39.384
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-28.047	-15.169
7.02.04	Outros	-49.887	-24.215
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-21.322	-10.069
7.02.04.02	Custos de Construção	-28.536	-14.259
7.02.04.03	Outros Custos Operacionais	-29	113
7.03	Valor Adicionado Bruto	137.009	123.314
7.04	Retenções	-36.921	-34.191
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-36.921	-34.191
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	100.088	89.123
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.690	895
7.06.02	Receitas Financeiras	1.690	895
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	101.778	90.018
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	101.778	90.018
7.08.01	Pessoal	18.658	14.706
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.136	11.984
7.08.01.02	Benefícios	2.336	1.949
7.08.01.03	F.G.T.S.	940	773
7.08.01.04	Outros	246	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	28.871	23.907
7.08.02.01	Federais	20.058	17.628
7.08.02.02	Estaduais	1.654	39
7.08.02.03	Municipais	7.159	6.240
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	28.961	22.684
7.08.03.01	Juros	17.288	10.564
7.08.03.02	Aluguéis	2.742	2.376
7.08.03.03	Outras	8.931	9.744
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.986	10.751
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.699	10.485
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	2.287	266
7.08.05	Outros	17.302	17.970
7.08.05.01	Compensação de Prejuízos com a Parcela da Reserva de Reavaliação Realizada	16.703	14.998
7.08.05.02	Lucros (Prejuízo) de Operações Descontinuadas	599	2.972

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO FINANCEIRO

As informações desta seção são apresentadas na proporção da participação da Triunfo em cada controlada, exceto quando informado. Neste trimestre apresentamos também os valores pro forma considerando o desempenho da controlada Rio Verde, nas colunas ou linhas marcadas com o símbolo (*).

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (+40,6%)

Nossa receita operacional bruta consolidada no 1T11 foi de R\$205.646, um aumento de 40,6% quando comparado com o 1T10.

	1T11*	1T10*	Δ	1T11	1T10	Δ
Receita Operacional Bruta (ROB)	205.646	146.258	40,6%	181.622	140.438	29,3%
• Arrecadação de pedágio	114.265	99.801	14,5%	114.265	99.801	14,5%
• Construção de ativos das concessões de rodovia	28.536	14.259	100,1%	28.536	14.259	100,1%
• Operação portuária	37.622	25.625	46,8%	37.622	25.625	46,8%
• Geração e venda de energia	24.024	5.820	312,8%	-	-	n/c
• Outras receitas	1.199	753	59,2%	1.199	753	59,2%

* Informações pró-forma, incluindo a Rio Verde Energia.

O crescimento da receita bruta deve-se (i) ao aumento de 5,4% na tarifa média efetiva e de 8,8% no tráfego; (ii) ao aumento de 39,2% em outras receitas prestadas pelo porto, 473,2% de acréscimo na receita da Iceport e 3,3% de acréscimo na arrecadação com movimentação no cais; (iii) receita proveniente da controlada Rio Verde com a entrada em operação da UHE Salto;

As outras receitas são representadas por receitas acessórias das concessionárias de rodovia como aluguel da faixa de domínio, painéis publicitários, torres de transmissão e demais receitas autorizadas pelo poder concedente.

Desconsiderando a receita proveniente da controlada Rio Verde, o crescimento seria de 29,3%.

Para o IFRS, foi reconhecida a receita de construção sobre a realização de obras de melhoria na infraestrutura da rodovia. Excluindo esse impacto, o crescimento da receita seria de 21,3% e de 34,2% considerando a controlada Rio Verde.

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA (+30,2%)

As deduções da receita operacional bruta consolidada no 1T11 totalizaram R\$16.088, um aumento de 30,2% quando comparadas com o mesmo período do ano anterior.

	1T11*	1T10*	Δ	1T11	1T10	Δ
Deduções da Receita Bruta	(16.088)	(12.353)	30,2%	(14.256)	(12.141)	17,4%
Receita Operacional Líquida (ROL)	189.558	133.905	41,6%	167.366	128.297	30,5%

* Informações pró-forma, incluindo a Rio Verde Energia.

Relató



A variação no período, inferior à variação da receita bruta, deve-se principalmente à postergação, para o segundo trimestre de 2011, de alguns serviços rotineiros de conservação e manutenção das rodovias, que seriam eliminados na consolidação, porém impactariam a base de tributos sobre a receita bruta.

A controlada Rio Verde sofre tributação de Pis e Cofins e registra a taxa de Pesquisa e Desenvolvimento nessa rubrica, que no 1T11 totalizaram o montante de R\$2.314.

CUSTOS OPERACIONAIS (+63,0%)

Os principais itens que compõem os custos operacionais da Triunfo são: os gastos de operação e manutenção das rodovias, a depreciação das obras de melhoria e ampliação realizadas nas rodovias e nas instalações portuárias e os gastos com pessoal nas operações rodoviária e portuária.

Apresentamos na tabela abaixo os custos operacionais sem os valores de depreciação, pois esta conta não impacta diretamente o fluxo de caixa da empresa.

	1T11*	1T10*	Δ	1T11	1T10	Δ
Custos Operacionais	(75.113)	(46.086)	63,0%	(69.370)	(43.232)	60,5%
• Operação e manutenção das rodovias	(16.630)	(12.250)	35,8%	(16.630)	(12.250)	35,8%
• Custo de construção	(28.536)	(14.259)	100,1%	(28.536)	(14.259)	100,1%
• Operação portuária	(11.741)	(4.382)	167,9%	(11.741)	(4.382)	167,9%
• Geração e venda de energia	(2.703)	(2.854)	-5,3%	-	-	n/c
• Custo com pessoal das rodovias	(5.064)	(5.215)	-2,9%	(5.064)	(5.215)	-2,9%
• Custo com pessoal portuário	(4.373)	(3.981)	9,8%	(4.373)	(3.981)	9,8%
• Custo com pessoal de energia	(169)	-	n/c	-	-	n/c
• Obrigações da concessão	(5.897)	(3.145)	87,5%	(3.026)	(3.145)	-3,8%

* Informações pró-forma, incluindo a Rio Verde Energia.

Os custos de operação e manutenção das rodovias aumentaram R\$4.380 na comparação dos trimestres devido principalmente aos acordos firmados, em 2010, entre as concessionárias e o poder concedente para o Plano de Recuperação da Rodovia.

Apesar da redução da movimentação de contêineres no trimestre, os custos de operação portuária aumentaram, influenciados principalmente pela operação de *trading* da Iceport, que isoladamente correspondeu a um aumento de R\$6.673.

Incluindo a depreciação e a amortização no 1T11, os custos operacionais totalizaram R\$115.155, um aumento de 47,5% quando comparados ao valor de R\$78.073 do 1T10.

Como a primeira turbina da Rio Verde entrou em operação somente no segundo trimestre de 2010, a controlada comprou energia no mercado livre para suprir a necessidade de fornecimento à Cemig no 1T10. Esse fato explica a redução de 5,3% no custo de geração e venda de energia no trimestre em análise. As obrigações da concessão de energia, como o TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão), UBP (Uso do Bem Público) e compensação financeira corresponderam ao montante de R\$2.871 e são reconhecidos como obrigações da concessão.

Para o IFRS, foi reconhecido o custo de construção decorrente da realização de obras de melhoria na infraestrutura da rodovia, bem como a provisão para manutenção da mesma, nos montantes previstos nos contratos de concessão.

DESPESAS OPERACIONAIS (+72,3%)

As despesas operacionais são representadas pelas despesas com instalações e serviços administrativos e de consultoria, pelas despesas com pessoal, que incluem a remuneração da administração e do pessoal de apoio, pela depreciação de itens alocados no departamento administrativo, pelo ágio e pelo resultado da alienação de itens do permanente e dos saldos contábeis dos itens baixados do ativo fixo.

Apresentamos na tabela abaixo as despesas operacionais sem os valores de depreciação e amortização, por não impactarem diretamente o caixa da Companhia.

	1T11*	1T10*	Δ	1T11	1T10	Δ
Despesas Operacionais	(24.981)	(14.495)	72,3%	(24.060)	(13.947)	72,5%
• Despesas gerais e administrativas	(13.332)	(10.042)	32,8%	(12.938)	(9.688)	33,5%
• Remuneração dos administradores	(4.105)	(2.380)	72,5%	(4.003)	(2.380)	68,2%
• Despesas com pessoal das rodovias	(3.725)	(2.891)	28,8%	(3.725)	(2.891)	28,8%
• Despesas com pessoal portuário	(1.093)	(854)	28,0%	(1.093)	(854)	28,0%
• Despesas com pessoal de energia	(256)	(189)	35,4%	-	-	n/c
• Despesas com pessoal outros investimentos	(1.697)	(55)	2985,5%	(1.697)	(55)	2985,5%
• Despesas com pessoal controladora	(1.402)	(1.348)	4,0%	(1.402)	(1.348)	4,0%
• Outras receitas (despesas) administrativas	629	3.264	-80,7%	798	3.269	-75,6%

* Informações pró-forma, incluindo a Rio Verde Energia.

As despesas gerais e administrativas foram 32,8% maiores no 1T11 na comparação com o 1T10 decorrente principalmente do aumento dos gastos com cabotagem: despesas com leasing e manutenção de contêineres e armazenagem/*handling* no montante de R\$1.611; serviços de consultoria em apoio e transporte marítimo, entre outros, no montante de R\$392, com gastos com representação no montante de R\$395 e com a entrada em operação da Rio Verde.

O aumento na remuneração dos administradores é decorrente do reajuste anual de 6% ocorrido em janeiro e da provisão da gratificação de 2011, que em 2010 foi reconhecida integralmente no 4T10.

As despesas com o pessoal outros investimentos foi de R\$1.697 em razão da contratação de pessoal de apoio para a cabotagem.

As despesas com pessoal das rodovias e portuário foram de aproximadamente 28,0% maiores no 1T11 devido ao aumento no quadro de funcionários e reajuste salarial.

Ainda no 1T11, foi reconhecido o montante de R\$717 referente à indenização por perda de receita da Icept (outras receitas/despesas administrativas) devido ao incêndio que destruiu a câmara frigorificada.

Incluindo a depreciação e a amortização, sem considerar a indenização de seguros, as despesas operacionais consolidadas totalizaram R\$28.282 no 1T11, um aumento de 41,6% quando comparadas aos R\$19.974 do 1T10.

As principais despesas operacionais da Rio Verde são representadas pelas despesas com instalações e serviços administrativos, consultoria e pelas despesas com pessoal, que incluem a remuneração da administração e do pessoal de apoio.

Não há efeitos de IFRS para essa rubrica.

DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO (+24,9%)

Os montantes de depreciação e amortização, reconhecidos no resultado do 1T11, totalizaram R\$42.714 e representaram um aumento de 24,9% quando comparados com o mesmo período do ano anterior. O aumento na depreciação deve-se, principalmente, ao início da depreciação de novas obras na Concepa e início de operação da Rio Verde.

	1T11*	1T10*	Δ	1T11	1T10	Δ
Depreciação e Amortização	(42.714)	(34.202)	24,9%	(36.921)	(34.191)	8,0%
• Depreciação do imobilizado	(17.049)	(10.966)	55,5%	(11.256)	(10.955)	2,7%
• Amortização de intangível	(25.665)	(23.236)	10,5%	(25.665)	(23.236)	10,5%

* Informações pró-forma, incluindo a Rio Verde Energia.

Os impactos do IFRS para essa rubrica consistem no estorno da depreciação por conta da mudança da pratica contábil que considera a curva de tráfego como melhor estimativa para amortização do intangível de ativos de concessões e do aumento de depreciação decorrente da aplicação do custo atribuído (*deemed cost*) para os ativos imobilizados da Portonave e Rio Verde.

Desconsiderando a controlada Rio Verde, as despesas de depreciação no 1T11 seriam de R\$36.921, um aumento de 8,0% em relação ao 1T10.

RESULTADO FINANCEIRO (+37,6%)

O resultado financeiro do 1T11 foi uma despesa financeira líquida de R\$33.193, um aumento de 37,6% quando comparada com o 1T10. Com a desvalorização da moeda norte americana em 2011, apuramos um ganho de variação cambial no montante de R\$1.963 decorrente da dívida da Portonave junto à GE Capital.

	1T11*	1T10*	Δ	1T11	1T10	Δ
Resultado Financeiro	(33.193)	(24.124)	37,6%	(24.388)	(23.797)	2,5%
• Receitas financeiras	2.229	900	147,7%	1.690	895	88,8%
• Despesas financeiras	(37.385)	(22.176)	68,6%	(28.041)	(21.844)	28,4%
• Variação cambial	1.963	(2.848)	-168,9%	1.963	(2.848)	-168,9%

* Informações pró-forma, incluindo a Rio Verde Energia.

Eliminando os efeitos da variação cambial, verificamos um resultado financeiro negativo de R\$35.156, um aumento de 65,2% quando comparada ao montante de R\$21.276 do 1T10. Essa variação deve-se principalmente ao aumento do saldo médio da dívida.

Para o IFRS há o impacto da atualização financeira decorrente do ajuste a valor presente da provisão para manutenção.

IMPOSTOS SOBRE O LUCRO (+371,1%)

Os impostos são calculados à alíquota nominal de 34,0% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente no Brasil (Lucro Real) ou através da aplicação da margem de presunção do lucro sobre a receita operacional bruta (Lucro Presumido). Dessa forma, o total dos impostos sobre o lucro sofre variações que não necessariamente dependem do resultado antes dos impostos.

Relató



	1T11*	1T10*	Δ	1T11	1T10	Δ
Impostos Sobre Lucro	(7.259)	(1.541)	371,1%	(6.928)	(2.645)	161,9%
• Impostos correntes	(12.818)	(8.247)	55,4%	(11.342)	(8.061)	40,7%
• Impostos diferidos	5.559	6.706	-17,1%	4.414	5.416	-18,5%

* Informações pró-forma, incluindo a Rio Verde Energia.

No 1T11 verificamos um aumento de 371,1% nos impostos em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido à entrada em operação da controlada Rio Verde. A base de cálculo dos impostos correntes e diferidos são impactadas por ajustes permitidos pela legislação, pela realização da reserva de reavaliação, pela variação cambial dos contratos não liquidados e dos ajustes resultantes da aplicação dos CPCs. O aumento do imposto diferido no trimestre é consequência da variação cambial ativa e dos ajustes decorrentes dos CPCs.

BASE DE DIVIDENDOS (-2,0%)

Apresentamos no 1T11 um lucro líquido de R\$8.585 em relação ao lucro líquido de R\$13.723 no 1T10.

	1T11*	1T10*	Δ	1T11	1T10	Δ
Lucro líquido	8.585	13.723	-37,4%	8.585	13.723	-37,4%
Resultado de investimentos não reconhecidos	(101)	(3.024)	-96,7%	(101)	(3.024)	-96,7%
Realização da reserva de reavaliação reflexa	10.429	9.600	8,6%	10.429	9.600	8,6%
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	6.274	5.398	16,2%	6.274	5.398	16,2%
Lucro base de dividendos	25.187	25.697	-2,0%	25.187	25.697	-2,0%

A base de cálculo dos dividendos é ajustada pelo resultado das equivalências patrimoniais não reconhecidos no período em que o patrimônio líquido dos investimentos encontrava-se negativo. No 1T11 a base de dividendos foi de R\$25.187 ante uma base de dividendos de R\$25.697 no 1T10.

EBITDA (+22,0%)¹

O EBITDA consolidado no 1T11 atingiu R\$89.468, um aumento de 22,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA, calculada sobre a receita operacional líquida, foi de 55,3% ante aos 60,9% no 1T10. A redução da margem deve-se ao aumento dos gastos no segmento portuário, devido a operação de *trading* e aos gastos para implantação do segmento de cabotagem.

⁶ Para o cálculo da margem EBIT e EBITDA ajustamos a receita líquida da Portonave no montante de R\$717 no 1T11 e R\$856 no 1T10, referente as receitas de indenização de seguros como outras receitas operacionais, bem como excluímos a receita de construção no montante de R\$28.536 no 1T11 e R\$14.259 no 1T10, a fim de evitar distorção do valor.

Relató



	1T11*	1T10*	Δ	1T11	1T10	Δ
Receita operacional líquida (ROL)	189.558	133.905	41,6%	167.366	128.297	30,5%
Lucro líquido (prejuízo) do período	8.585	13.723	-37,4%	8.585	13.723	-37,4%
Imposto de renda e contribuição social	7.259	1.541	371,1%	6.928	2.645	161,9%
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	33.193	24.124	37,6%	24.388	23.797	2,5%
Despesas (receitas) não recorrentes	4	3	33,3%	(165)	3	-
Resultado de participação descontinuada	-	-	n/c	(599)	(2.972)	-79,8%
Participação de acionistas não controladores	(2.287)	(266)	759,8%	(2.287)	(266)	759,8%
EBIT	46.754	39.125	19,5%	36.850	36.930	-0,2%
Margem EBIT (sobre ROL) ⁶	24,6%	29,0%	-4,5 p.p.	21,9%	28,6%	-6,7 p.p.
Depreciações e amortizações	42.714	34.202	24,9%	36.921	34.191	8,0%
EBITDA	89.468	73.327	22,0%	73.771	71.121	3,7%
Margem EBITDA (sobre ROL) ⁶	55,3%	60,9%	-5,5 p.p.	52,9%	61,9%	-9,0 p.p.

* Informações pró-forma, incluindo a Rio Verde Energia.

No cálculo das margens EBIT e EBITDA, as indenizações de seguros são somadas a receita operacional. No 1T11 foi reconhecido o montante de R\$717. Adicionalmente, excluímos a receita de construção do cálculo, nos montantes de R\$28.536 no 1T11 e R\$14.259 no 1T10.

Para fins comparativos, apresenta-se também o EBITDA ajustado sem os efeitos do IFRS, conforme abaixo:

EBITDA Ajustado sem os efeitos do IFRS

	1T11*	1T10*	Δ	1T11	1T10	Δ
EBITDA IFRS	89.468	73.327	22,0%	73.771	71.121	3,7%
Receita de Construção	28.536	14.259	100,1%	28.536	14.259	100,1%
Custo de construção	(28.536)	(14.259)	100,1%	(28.536)	(14.259)	100,1%
Provisão para manutenção	521	2.001	-74,0%	521	2.001	-74,0%
Descapitalização de despesas	-	559	n/c	-	-	-
EBITDA Ajustado	89.989	75.887	18,6%	74.292	73.122	1,6%
Margem EBITDA Ajustada (Sobre ROL)	55,6%	63,0%	-7,3 p.p.	53,2%	63,6%	-10,4 p.p.

EBITDA DO SEGMENTO DE RODOVIAS

	1T11	1T10	Δ
Receita operacional líquida (ROL)	132.220	104.123	27,0%
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	27.125	25.775	5,2%
Imposto de renda e contribuição social	5.540	1.119	395,1%
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	12.145	12.566	-3,4%
Despesas (receitas) não recorrentes	(165)	3	-5600,0%
EBIT	44.645	39.463	13,1%
Margem EBIT (sobre ROL)	33,8%	37,9%	-4,1 p.p.
Depreciações e amortizações	25.325	22.826	10,9%
EBITDA	69.970	62.289	12,3%
Margem EBITDA (sobre ROL)	67,5%	69,3%	-1,8 p.p.

Relató



O EBITDA do segmento de rodovias atingiu, no 1T11, R\$69.970, um aumento de 12,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA no segmento de rodovias no 1T11 foi de 67,5%, uma redução de 1,8 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior, excluindo a receita de construção.

Os efeitos do IFRS são decorrentes das provisões para manutenção registradas nas concessionárias de rodovias.

EBITDA DO SEGMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA

	1T11	1T10	Δ
Receita operacional líquida (ROL)	35.146	24.174	45,4%
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	3.811	(4.932)	-177,3%
Imposto de renda e contribuição social	1.388	1.526	-9,0%
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(134)	6.627	-102,0%
Participação de acionistas não controladores	(7)	(5)	40,0%
EBIT	5.058	3.216	-57,3%
Margem EBIT (sobre ROL)	14,4%	12,6%	1,8 p.p.
Depreciações e amortizações	10.805	10.645	1,5%
EBITDA	15.863	13.861	14,4%
Margem EBITDA (sobre ROL)	45,1%	54,1%	-9,0 p.p.

A operação portuária apresentou no 1T11 um EBITDA de R\$15.863 ante R\$13.861 no mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA do segmento portuário no 1T11 foi de 45,1%, uma diminuição de 9,0 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior. No cálculo das margens EBIT e EBITDA, as indenizações de seguros são somadas a receita operacional. No 1T11 foi reconhecido o montante de R\$717 e no 1T10 o montante de R\$857.

A margem EBITDA da operação portuária é impactada pela operação de trading da Iceport. A margem EBITDA da Portonave, sem considerar as operações da Iceport, é de 60,9% no 1T11 e de 60,6% no 1T10.

Não há efeito de IFRS para o cálculo do EBITDA no segmento de administração portuária.

EBITDA DA CONTROLADORA E OUTROS INVESTIMENTOS

	1T11	1T10	Δ
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(22.351)	(7.120)	213,9%
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	12.377	4.604	168,8%
Resultado de participações	(599)	(2.972)	-79,8%
Participação de acionistas não controladores	(2.280)	(261)	773,6%
EBIT	(12.853)	(5.749)	123,6%
Depreciações e amortizações	791	720	9,9%
EBITDA	(12.062)	(5.029)	139,8%

O EBITDA consolidado é ajustado pelos gastos da controladora e desenvolvimento de novos projetos, principalmente nas áreas de cabotagem, que no 1T11 representaram gastos no montante de R\$12.062, um aumento de 139,8% ante aos R\$5.029 no mesmo período do ano anterior.

Não há efeito de IFRS para o cálculo do EBITDA da controladora e outros investimentos.

EBITDA DO SEGMENTO DE ENERGIA - RIO VERDE

	1T11	1T10
Receita operacional líquida (ROL)	22.192	5.608
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	599	2.972
Imposto de renda e contribuição social	331	(1.104)
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	8.805	327
Despesas (receitas) não recorrentes	169	-
EBIT	9.904	2.195
Margem EBIT (sobre ROL)	44,6%	39,1%
Depreciações e amortizações	5.793	11
EBITDA	15.697	2.206
Margem EBITDA (sobre ROL)	70,7%	39,3%

Os efeitos de IFRS para o cálculo do EBITDA do segmento de energia são decorrentes da descapitalização de despesas administrativas e custos indiretos registrados no ativo imobilizado.

ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO E DÍVIDA LÍQUIDA

O endividamento financeiro consolidado da Triunfo é composto por empréstimos, financiamentos e debêntures em circulação, cujos montantes contratados ou captados são utilizados, principalmente, para o financiamento das obras nas rodovias previstas nos contratos de concessão e nos investimentos em novos projetos.

Relató

**DÍVIDA BRUTA (ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO)**

TIPO DE FINANCIAMENTO	INDEXADOR	1T11	4T10	Δ
Debêntures (1ª emissão), Triunfo	IGP-M + 12% a.a.	51.006	74.895	-31,9%
Debêntures (2ª emissão), Triunfo	CDI + 3% a.a.	135.308	139.821	-3,2%
Cédula de Crédito Bancário (CCB) - Votorantim, Triunfo	CDI + 2,5% a.a.	14.725	23.548	-37,5%
Conta Garantida - Santander, Triunfo	121% do CDI	11.610	19.600	-40,8%
FINEP, Triunfo	8% a.a.	18.745	14.784	26,8%
Cédula de Crédito Bancário (CCB) - Banif, Concepa	IGP-M + 11% a.a.	24.103	22.826	5,6%
Capital de giro - Santander, Concepa	121% do CDI	0	2.052	-100,0%
Capital de giro - Votorantim, Concepa	128,5% do CDI	110.559	110.854	-0,3%
Debêntures (4ª emissão), Concepa	IGP-M + 10% a.a.	34.594	31.918	8,4%
Financiamento de imobilizado - BNDES, Concer	UM BNDES + 6,625% a.a.	1.586	1.737	-8,7%
Financiamento de imobilizado - BNDES, Concer	TJLP + 6,625% a.a.	11.389	12.203	-6,7%
Financiamento de imobilizado - BNDES, Concer	TJLP + 4,65% a.a.	2.117	2.258	-6,2%
Financiamento de imobilizado - FINEP, Concer	8,0% a.a.	7.177	6.574	9,2%
Cédula de Crédito Bancário (CCB) - ABN Amro, Concer	CDI + 2,7% a.a.	3.242	4.519	-28,3%
Financiamento de imobilizado - FINAME - Santander, Concer	7% a.a.	199	229	-13,1%
Capital de giro - Santander, Concer	121% do CDI	19.203	19.422	-1,1%
Cédula de Crédito Bancário (CCB) - Banco do Brasil, Econorte	CDI + 5,6% a.a.	30.099	33.104	-9,1%
Cédula de Crédito Bancário (CCB) - ABN Amro, Econorte	CDI + 2,7% a.a.	3.750	5.534	-32,2%
Conta Garantida - Santander, Econorte	121% do CDI	6.636	6.550	1,3%
Financiamento de imobilizado - GE Capital, Portonave	Variação Cambial + 5,7452% a.a.	88.071	94.977	-7,3%
Cédula de Crédito Bancário (CCB) - BTG Pactual, Maestra	CDI + 2,7% a.a.	36.025	-	n/c
Outros financiamentos e empréstimos	Diversos	1.434	1.282	11,9%
Dívida Bruta		611.578	628.687	-2,7%

DÍVIDA BRUTA COM RIO VERDE

		1T11	4T10	Δ
Financiamento Imobilizado - BNDES, Rio Verde	TJLP + 1,81% a.a.	319.528	324.680	-1,6%
Crédito Suplementar - BNDES, Rio Verde	TJLP + 2,16% a.a.	23.377	23.755	-1,6%
Operação de Desconto - Santander, Rio Verde	6,93% a.a.	5.998	7.250	-17,3%
Dívida Bruta		960.481	984.372	-2,4%

Considerando a controlada Rio Verde, a dívida bruta consolidada no 1T11 foi de R\$960.481, uma redução de 2,4% quando comparada com a dívida do 4T10, principalmente em decorrência da quitação da 3ª parcela da 1ª emissão de debêntures da controladora e captação de novo empréstimo com o BTG Pactual, para fazer frente aos investimentos de cabotagem.

A amortização da dívida ocorrerá conforme apresentado na tabela a seguir.

Relató

**FLUXO DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA**

	ENERGIA	RODOVIAS	PORTO	CONTROLADORA	CABOTAGEM	TOTAL
2011	22.495	96.836	18.810	31.362	36.025	205.528
2012	21.996	77.059	13.926	28.682	-	141.663
2013	21.996	72.927	18.567	53.981	-	167.471
2014	21.996	1.204	18.567	55.686	-	97.453
2015	21.996	1.204	18.567	55.922	-	97.689
Após 2015	238.424	6.492	-	5.761	-	250.677
	348.903	255.722	88.437	231.394	36.025	960.481

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA E RELAÇÃO DÍVIDA LÍQUIDA EBITDA

	1T11	4T10	Δ
Dívida Bruta	611.578	628.687	-2,7%
Disponibilidades e aplicações financeiras	61.341	103.542	-40,8%
Dívida Líquida	550.237	525.145	4,8%
EBITDA 12 meses	270.174	267.524	1,0%
Relação Dívida Líquida x EBITDA	2,04 x	1,96 x	0,07 p.p.

A Dívida Líquida consolidada no 1T11 atingiu R\$550.237, um aumento de 4,8% quando comparada com a dívida no final do 4T10. A relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA é de 2,04 vezes no 1T11, superior ao índice apresentado no 4T10.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA E RELAÇÃO DÍVIDA LÍQUIDA EBITDA COM RIO VERDE

	1T11	4T10	Δ
Dívida Líquida sem Rio Verde	550.237	525.145	4,8%
Dívida líquida de Rio Verde	335.322	342.422	-2,1%
Dívida líquida consolidada	885.559	867.567	2,1%
EBITDA 12 meses	332.962	310.095	7,4%
Relação Dívida Líquida x EBITDA	2,66 x	2,80 x	-0,14 p.p.

Considerando a controlada Rio Verde, a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA seria de 2,66 vezes, inferior ao índice do 4T10.

Relatório



EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA E RELAÇÃO DÍVIDA LÍQUIDA EBITDA - SEGMENTO DE RODOVIAS

	1T11	4T10	Δ
Dívida Bruta	255.722	261.062	-2,0%
Disponibilidades e aplicações financeiras	34.021	56.441	-39,7%
Dívida líquida	221.701	204.621	8,3%
EBITDA 12 meses	244.361	236.680	3,2%
Relação Dívida Líquida x EBITDA	0,91 x	0,86 x	0,04 p.p.

Nossos empreendimentos rodoviários encontram-se em média no décimo terceiro ano de operação, com investimentos significativos já realizados e com investimentos a realizar diluídos até o final do prazo de concessão, conforme definido nos cronogramas físico e financeiro dos contratos de concessão. O endividamento do segmento de rodovias é de 0,91 vezes o EBITDA.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA E RELAÇÃO DÍVIDA LÍQUIDA EBITDA - SEGMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA

	1T11	4T10	Δ
Dívida Bruta	88.437	94.977	-6,9%
Disponibilidades e aplicações financeiras	18.680	16.937	10,3%
Dívida líquida	69.757	78.040	-10,6%
EBITDA 12 meses	90.603	60.879	48,8%
Relação Dívida Líquida x EBITDA	0,77 x	1,28 x	-0,51 p.p.

No 1T11 a dívida da Portonave era representada, basicamente, pelo contrato com a GE Capital, com vencimentos diluídos nos próximos seis anos. O endividamento da Portonave corresponde a 0,77 vezes o EBITDA.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA E RELAÇÃO DÍVIDA LÍQUIDA EBITDA - SEGMENTO DE ENERGIA

	1T11	4T10	Δ
Dívida Bruta	348.903	355.685	-1,9%
Disponibilidades e aplicações financeiras	13.581	13.262	2,4%
Dívida líquida	335.322	342.423	-2,1%
EBITDA 12 meses (*)	62.788	30.858	103,5%
Relação Dívida Líquida x EBITDA	5,34 x	11,10 x	-5,76 p.p.

(*) O EBITDA da controlada Rio Verde do 1T11 foi anualizado para os 12 meses.

No 1T11 a dívida da Rio Verde era representada, basicamente, pelo contrato com o BNDES. O endividamento da Rio Verde corresponde a 5,34 vezes o EBITDA.

Para uma melhor visualização da evolução do endividamento da Triunfo, elaboramos as planilhas a seguir. As premissas utilizadas foram:

Relató



Rodovias: (i) o EBITDA dos últimos 12 meses encerrados no 1T11 foi repetido em todos os anos, sem os ajustes de crescimento de tráfego e reajuste de tarifas, (ii) a dívida foi amortizada conforme previsto nos contratos.

ENDIVIDAMENTO - SEGMENTO DE RODOVIAS

	EBITDA	DÍVIDA LÍQUIDA	ENDIVIDAMENTO
2011	244.361	158.886	0,65 x
2012	244.361	81.827	0,33 x
2013	244.361	8.900	0,04 x
2014	244.361	7.696	0,03 x
2015	244.361	6.492	0,03 x

Porto: (i) o EBITDA dos últimos 12 meses encerrados no 1T11 foi repetido em todos os anos, sem levar em consideração reajustes de tarifa, parte indexada ao dólar, e crescimento de movimentação de TEUs; (ii) a dívida foi amortizada conforme o contrato de financiamento com a GE Capital, considerando o valor do dólar de R\$1,63 em 31 de março de 2011 e desconsiderando o saldo de caixa existente na mesma data.

ENDIVIDAMENTO - SEGMENTO PORTUÁRIO - PROJECT FINANCE - NON RECOURSE

	EBITDA	DÍVIDA LÍQUIDA	ENDIVIDAMENTO
2011	90.603	69.627	0,77 x
2012	90.603	55.701	0,61 x
2013	90.603	37.134	0,41 x
2014	90.603	18.567	0,20 x
2015	90.603	-	0,00 x

Usina hidrelétrica: (i) o EBITDA anualizado do 1T11 foi repetido em todos os anos, sem levar em consideração reajustes de tarifa e possíveis incrementos relativos a mudanças de capacidade instalada; (ii) a dívida foi amortizada conforme previsto nos contratos de financiamento com o BNDES e Banco Santander.

ENDIVIDAMENTO - SEGMENTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA - PROJECT FINANCE - NON RECOURSE

	EBITDA	DÍVIDA LÍQUIDA	ENDIVIDAMENTO
2011	62.788	326.408	5,20 x
2012	62.788	304.412	4,85 x
2013	62.788	282.416	4,50 x
2014	62.788	260.420	4,15 x
2015	62.788	238.424	3,80 x

O endividamento consolidado da Triunfo está demonstrado na tabela a seguir:

Relató



ENDIVIDAMENTO - TRIUNFO

	EBITDA	DÍVIDA LÍQUIDA	ENDIVIDAMENTO
2011	332.962	790.978	2,38 x
2012	332.962	649.315	1,95 x
2013	332.962	481.844	1,45 x
2014	332.962	384.391	1,15 x
2015	332.962	286.702	0,86 x

INVESTIMENTOS (CAPEX)

As atividades da Triunfo são caracterizadas pela necessidade de gastos elevados, muitas vezes concentrados na fase de implantação e nos primeiros anos de operação. Os investimentos realizados no 1T11 referem-se aos valores reavaliados líquidos de depreciação e amortização e estão distribuídos conforme segue:

SALDOS DOS INVESTIMENTOS NO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL EM 2011

	Total	Δ
Triunfo	56.155	2,6%
Concer	400.343	18,7%
Concepa	320.230	14,9%
Econorte	234.678	10,9%
Portonave	805.372	37,5%
TPI-Log ⁸	118.861	5,5%
Santa Rita ⁹	9.581	0,4%
TBP ¹⁰	70.200	3,3%
NTL ¹¹	43.344	2,0%
Vessel-Log ¹²	36.636	1,7%
Outros Investimentos	54.189	2,5%
	2.149.589	100,0%

O saldo na TPI-Log e nos outros investimentos refere-se basicamente aos ágios pagos na aquisição de ativos. O saldo na Triunfo refere-se ao ágio pago na aquisição da Econorte e aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos rodoviário, portuário e de geração de energia.

Os investimentos realizados no ativo permanente durante o 1T11 foram:

⁸ A TPI-Log adquiriu a participação da Triunfo na Portonave por meio de transferência de investimento, baseada em laudo elaborado por especialistas contratados.

⁹ Empresa cujo ativo é um terreno de 190 hectares na Baixada Santista – em São Paulo, que será destinado, futuramente, a projeto no segmento portuário.

¹⁰ Empresa que tem por objetivo a exploração e prática de atividades correlatas à operação e exploração do terminal portuário de Santa Rita.

¹¹ Empresa cujo único ativo é um navio de bandeira brasileira.

¹² Empresa cujo único ativo é um navio de bandeira brasileira.

Relató



INVESTIMENTOS NO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL EM 2011

	1T11	Δ
Triunfo	4.659	7,3%
Concer	5.220	8,2%
Concepa	21.796	34,1%
Econorte	1.520	2,4%
Portnave	1.508	2,4%
Rio Canoas	15.833	24,8%
Vessel-Log	4.592	7,2%
NTL	7.659	12,0%
Outros Investimentos	1.090	1,7%
	63.877	100,0%
Rio Verde	20	0,0%
Capex com Rio Verde	63.897	

O segmento rodoviário já realizou investimentos significativos no ativo imobilizado e tem seus investimentos a realizar diluídos até o final do prazo de concessão, conforme definido nos cronogramas físico e financeiro dos contratos de concessão. No 1T11 os investimentos nas rodovias representaram 44,7% dos investimentos totais do trimestre. Para os três próximos anos, o Capex do segmento rodoviário é realizado conforme o Programa de Exploração da Rodovia – PER de cada concessionária. A última atualização ocorreu em 31 de março de 2011, e o montante de investimento previsto para os próximos anos é:

CRONOGRAMA DE INVESTIMENTOS PARA O TRIÊNIO

	2011	2012	2013
Concer	33.011	29.658	29.658
Concepa	18.290	29.989	31.232
Econorte	10.389	22.168	26.939

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”), constituída em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla “TPIS3”.

a) Controladas e controladas em conjunto

Em 31 de março de 2011 as participações relevantes da Triunfo, segregadas por segmento de negócios, são conforme segue:

i) *Concessionárias de rodovias*

A Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. (“Concer”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevó das Missões), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-138/95-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 179,9 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 814,4 MG (bidirecional), km 45,5 RJ (bidirecional) e km 104 RJ (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão está previsto para 25 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

A Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. (“Concepa”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-290/RS, trecho Osório - Porto Alegre, e o entroncamento da BR-116/RS (Guaíba), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-016/97-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 121 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 19,5 (sentido Porto Alegre - Osório), km 77,5 (bidirecional) e km 110,7 (sentido Osório - Porto Alegre). O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão está previsto para 20 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (“Econorte”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, nos termos do Contrato de Concessão assinado com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR-071/97 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 340,8 km e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 0 da BR-369 (bidirecional), km 126 da BR-369 (bidirecional) e km 3 da BR-323 (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 14 de dezembro de 1997 e o prazo da concessão está previsto para 24 anos, podendo ser prorrogado conforme condições previstas no contrato de concessão.

A Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. (“Ecovale”) tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Sistema Rodoviário BR-470/SC, nos termos do Contrato de Concessão totaliza 488,1 Km e até o momento a Ecovale encontra-se em fase pré operacional, em razão da contestação do Tribunal de Contas do Estado

Notas Explicativas

de Santa Catarina, que discute a nulidade do contrato, conforme apresentado na nota explicativa nº 22, item b.

No caso de extinção das concessões, reverterem ao poder concedente todos os bens transferidos para a administração das concessionárias, os bens reversíveis incorporados às rodovias durante as concessões e os direitos e privilégios decorrentes dessas, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessam, para as concessionárias, todos os direitos emergentes dos contratos. Em caso de extinção, as concessionárias serão indenizadas pelo valor contábil dos investimentos incorporados às concessões ainda não amortizados.

ii) *Geração de energia elétrica*

Rio Verde

A Rio Verde Energia S.A. (“Rio Verde”) tem por objeto específico a implantação, a geração, a comercialização e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto (“UHE Salto”), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itarumã e Caçu, no Estado de Goiás, nos termos do Contrato de Concessão assinado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 090/02, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão.

A usina iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010, com capacidade total instalada de 116 MW conforme aprovação da ANEEL publicado no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 2009 e energia assegurada de 558.888 MWh/ano.

Ao termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, paga à Rio Verde, dos investimentos realizados e ainda não amortizados.

A Rio Verde possui um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (“Power Purchase Agreement” ou “PPA”) com a Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”) do total da energia assegurada da usina Salto pelo prazo de 16 anos, correspondentes aos 558.888 MWh/ano, contados a partir do início da operação, ao preço inicial de R\$126,00 e final de R\$132,00 por MW/h, reajustados com base na variação do IGP-M.

Durante o último trimestre de 2009 a Companhia foi procurada por importantes entidades do mercado com relevantes propostas de novos projetos que vão ao encontro de seus interesses e estratégias. Dadas essas novas oportunidades e a previsão de recursos para fazer frente a esses investimentos, a Administração da Triunfo tomou a decisão de alienar a participação na controlada Rio Verde.

Até o primeiro trimestre de 2011, a Companhia manteve negociações de venda sendo efetuado processo de “due dilligence” e, por ocasião de

Notas Explicativas

acontecimentos e circunstâncias fora do controle da Administração da Companhia, o processo ainda encontra-se em fase de negociação. Cabe ressaltar que a mesma continua comprometida com seu plano de venda do investimento na controlada Rio Verde.

Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Verde na rubrica “Participações a comercializar” na demonstração financeira individual porém, segregado entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

Rio Canoas

A Rio Canoas Energia S.A. (“Rio Canoas”) tem por objeto específico a exploração do potencial de energia hidráulica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi (“UHE Garibaldi”), vencida pela Companhia em Leilão nº 03/2010, localizada no Rio Canoas, nos municípios de Cerro Negro e Abdon Batista, no Estado de Santa Catarina. A Rio Canoas passou a ter o direito de exploração da UHE Garibaldi pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do contrato de concessão, sendo que vendeu, em Leilão nº 03/2010 da ANEEL, cerca de 70% da energia assegurada da Usina pelo prazo de 30 anos, a contar da data de início da geração da primeira turbina, que deverá ocorrer até outubro de 2014. Os investimentos previstos necessários para colocar a Usina em operação são de aproximadamente R\$ 760.000¹. Em 14 de dezembro de 2010, foi assinado o contrato nº 03/2010 – MME – UHE Garibaldi, entre a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, e a Rio Canoas e publicado no Diário Oficial da União no dia 16 de dezembro de 2010. O contrato tem como objeto regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Canoas, denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi, cuja concessão foi outorgada por meio do Decreto de 09 de dezembro de 2010. O contrato de concessão tem prazo de trinta e cinco anos, contados a partir da data da sua assinatura.

Em 2 de fevereiro de 2011, a Rio Canoas obteve a Licença Ambiental de Instalação – LAI nº 084/2011, emitida pela Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA para a implantação da UHE Garibaldi.

Outros

Em 31 de março de 2011, a Triunfo mantém em fase de estudo de viabilidade projetos de PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) e energia eólica, cujos investimentos realizados totalizam o montante de R\$10.074.

iii) *Administração de portos*

Através do Contrato de Adesão MT/DP 098/01 a União, por meio do Ministério dos Transportes, autorizou a Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes (“Portonave”) a iniciar a exploração do porto de uso privativo, situado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegantes, no Estado

¹ Valor não revisado pelos Auditores Independentes.

Notas Explicativas

de Santa Catarina. A Portonave possui os direitos de exploração do Porto de Navegantes por 25 anos, contados a partir de 18 de agosto de 2006, renováveis automaticamente para mais 25 anos.

O Porto de Navegantes possui três berços de atracação em 900 metros de cais e calado de 11,3 metros e uma retro área com capacidade para 1,3 milhão de *TEUs* (*twenty-foot equivalent unity*, unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés). As atividades de operação portuária tiveram início em 21 de outubro de 2007.

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis não serão revertidos à União. Adicionalmente, a União poderá optar, quando da extinção do contrato, pela exploração do terminal portuário a partir do momento em que a Portonave for indenizada por tal fato.

A Iceport, subsidiária integral da Portonave, administra e opera uma câmara frigorificada para armazenamento de cargas próprias e de terceiros. Em 12 de novembro de 2009, a câmara frigorificada foi atingida por incêndio em parte de suas instalações, que interrompeu a atividade de armazenamento de produtos, porém não afetou a principal atividade da Iceport, trading de mercadorias.

A Portonave possui seguro nos seguintes montantes: (i) até 30 milhões de dólares americanos para cobrir os danos às mercadorias de terceiros; (ii) até 30 milhões de dólares americanos para cobrir danos à infraestrutura da câmara; e, (iii) até 12 milhões de dólares para indenizar a perda de receita originada pela interrupção de atividades.

A Administração da Portonave concluiu o processo de ressarcimento dos danos causados aos terceiros devido ao incêndio, a qual também não houve perdas para a Portonave. O processo de reconstrução da parte afetada já foi concluído, sendo totalmente reembolsado pelo segurador, e as operações da câmara foram restabelecidas, com expectativa da Administração de que sua plenitude operacional ocorra dentro do primeiro semestre de 2011.

Em 15 de julho de 2008, a Triunfo constituiu a Santa Rita S.A. – Terminais Portuários (“Santa Rita”), com o objetivo de instalar e operar terminal portuário em quaisquer das modalidades previstas pela Lei nº 8.630/93, bem como a exploração das atividades correlatas à operação de terminais portuários.

Parte do capital social da Santa Rita foi formado através do aporte do investimento detido pela Triunfo na TPB Terminal Portuário Brites Ltda. (“TPB”), no montante de R\$70.200, adquirido em 25 de junho de 2008.

iv) *Serviços de cabotagem*

A NTL – Navegação e Logística S.A. (“NTL”) inicialmente denominada Oncídio Participações S.A., constituída em 29 de setembro de 2008, possui, como objetivo social, atuar nas atividades de transporte aquaviário e multimodal de cargas, através da exploração dos serviços de navegação marítima de longo curso e de cabotagem no transporte de carga, além da participação em outras sociedades civis ou comerciais,

Notas Explicativas

como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras.

A Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A. (“Vessel-Log”), constituída em 27 de maio de 2009, com o objetivo social de atuar nas atividades de exploração, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial, no transporte de cargas em geral, além dos serviços de reparo naval, comércio, intermediação, importação, exportação e armazenagem de embarcações, equipamentos, componentes, peças e partes inerentes as suas atividades e das sociedades nas quais participe.

v) *Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias*

As controladas Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. (“Rio Bonito”), Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. (“Rio Guaíba”) e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio e Serviços Rodoviários Ltda. (“Rio Tibagi”) prestam serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) às concessionárias de rodovias. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares àquelas que seriam realizadas com terceiros e são regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

b) Eventos relevantes ocorridos no primeiro trimestre de 2011

i) *Rio Canoas – Licença Ambiental de Instalação (LAI)*

Conforme descrito no item a) ii), a Rio Canoas obteve a Licença Ambiental de Instalação (LAI) emitida pela FATMA para a implantação da UHE Garibaldi.

2. Base de Preparação e Apresentação das Informações Trimestrais

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das Informações Trimestrais - ITRs - em 12 de maio de 2011.

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Trimestrais da Companhia, para os períodos findos em 31 de março de 2011 e 2010, compreendem:

a) as informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Consolidado”

b) As informações trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Controladora”.

Notas Explicativas

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de março de 2011. As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como, pelo ativo imobilizado que foi avaliado pelo seu valor atribuído, na data de transição.

As informações trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas informações trimestrais individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações trimestrais da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

As Informações Trimestrais foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.2.2 Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis.

Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

Notas Explicativas

2.3. Critérios de consolidação

As Informações Trimestrais consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia, de suas controladas na proporção das participações apresentadas a seguir:

Companhias	Controle	31/03/11		31/12/10	
		Participação (%)		Participação (%)	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda ("Rio Tibagi")	Controlada	99,0	-	99,0	-
Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer")	Controlada em conjunto	62,5	-	62,5	-
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	Controlada em conjunto	62,5	-	62,5	-
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. - Triunfo Convale ("Triunfo Convale")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Paraíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Paraíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale")	Controlada em conjunto	52,5	-	52,5	-
Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes ("Portonave") (i), (iv)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A. ("Iceport") (ii)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Teconnave Terminais de Contêineres de Navegantes S.A. ("Teconnave") (ii)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Maris Gaudium Empreendimentos e Participações S.A. ("Maris Gaudium") (iv)	Controlada	-	100,0	-	100,0
Starport Participações Ltda. ("Starport") (iv)	Controlada	-	99,9	-	99,9
Santa Rita S.A. – Terminais Portuários ("Santa Rita") (iv)	Controlada	1,5	88,0	1,5	88,0
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (iii)	Controlada	-	89,5	-	89,5
Maestra Navegação S.A. ("Maestra")	Controlada	99,7	-	99,7	-
Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A. ("Vessel")	Controlada	65,0	-	65,0	-
Tucano Energia S.A. ("Tucano")	Controlada	99,0	-	99,0	-
Retirinho Energia S.A. ("Retirinho")	Controlada	99,0	-	99,0	-
Guariroba Energia S.A. ("Guariroba")	Controlada	99,0	-	99,0	-
Estrela Energia S.A. ("Estrela") (v)	Controlada	99,0	-	99,0	-
Rio Dourado Participações Ltda. ("Rio Dourado")	Controlada	99,0	-	99,0	-
TPI-Log S.A. ("TPI-Log")	Controlada	100,0	-	100,0	-
NTL - Navegação e Logística S.A ("NTL")	Controlada	65,0	-	65,0	-
Trevally Participações e Investimentos S.A ("Trevally")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Lubina Participações e Investimentos S.A ("Lubina")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Canoas Energia S.A ("Rio Canoas")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Taboca Energia S.A. ("Taboca") (vi)	Controlada	100,0	-	100,0	-
Guaru Participações Ltda ("Guaru")	Controlada	100,0	-	100,0	-

- (i) As controladas Maris Gaudium e Starport detêm cada uma 16,7% de participação na Portonave. A TPI-Log adquiriu a participação da Triunfo na Portonave por meio de transferência de investimento, baseada em laudo elaborado por especialistas contratados.
- (ii) A controlada Portonave detém 100,0% de participação nas controladas Iceport e Teconnave.
- (iii) A controlada Santa Rita detém 100,0% de participação na controlada TPB.
- (iv) Em 2 de dezembro de 2009, a Triunfo transferiu seus investimentos e ágios das controladas Portonave, Santa Rita, Starport e Maris Gaudium para a controlada TPI-Log, com base em laudos emitidos por especialistas contratados.
- (v) Em 4 de março de 2011, a Freijó Participações Ltda. alterou sua denominação social para Estrela Energia S.A.
- (vi) Em 4 de março de 2011, a Caddis Participações Ltda. alterou sua denominação social para Taboca Energia S.A.

Os saldos do balanço patrimonial e do período de três meses findos em 31 de março de 2011 das controladas, sem considerar o efeito da participação proporcional na Concer e na Portonave, utilizados na consolidação estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas**a) Segmento rodoviário**

	<u>Econorte</u>	<u>Rio Tibagi</u>	<u>Concepa</u>	<u>Rio Guaíba</u>	<u>Concer</u>	<u>Rio Bonito</u>	<u>Convale</u>	<u>Rio Paraíba</u>	<u>Ecovale</u>
Ativo circulante	7.934	4.086	33.029	10.474	12.163	3.605	381	-	13
Ativo não circulante	246.653	3.103	322.849	1.061	642.003	2.892	14.705	10	-
Total do ativo	254.587	7.189	355.878	11.535	654.166	6.497	15.086	10	13
Passivo circulante	40.149	2.683	67.263	1.867	66.407	2.487	17	313	5
Passivo não circulante (i)	89.061	30	173.908	69	167.759	1.050	-	86	-
Patrimônio líquido (i)	125.377	4.476	114.707	9.599	420.000	2.960	15.069	(389)	8
Total do passivo e patrimônio líquido	254.587	7.189	355.878	11.535	654.166	6.497	15.086	10	13
Receita operacional líquida	32.982	8.835	47.717	14.173	55.916	10.263	-	-	-
Custo dos serviços prestados	(22.820)	(3.539)	(33.881)	(2.257)	(41.438)	(4.118)	-	-	-
Lucro bruto	10.162	5.296	13.836	11.916	14.478	6.145	-	-	-
Despesas operacionais, líquidas	(2.904)	(517)	(2.526)	(317)	(4.587)	(248)	-	(1)	-
Lucro antes do resultado financeiro	7.258	4.779	11.310	11.599	9.891	5.897	-	(1)	-
Resultado financeiro, líquido	(2.327)	(4)	(7.917)	(21)	(2.964)	(39)	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do impostos sobre o lucro	4.931	4.775	3.393	11.578	6.927	5.858	-	(1)	-
Imposto de renda e contribuição social Correntes	(2.066)	(401)	(2.550)	(532)	(4.854)	(484)	-	-	-
Diferidos	325	-	1.446	-	2.520	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	3.190	4.374	2.289	11.046	4.593	5.374	-	(1)	-

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

b) Segmento portuário

	<u>Portonave</u>	<u>Iceport</u>	<u>Teconnave</u>	<u>Maris Gaudium</u>	<u>Starport</u>	<u>Santa Rita</u>	<u>TPB</u>	<u>TPI - Log</u>
Ativo circulante	94.710	27.733	1	-	-	26	-	-
Ativo não circulante	1.630.359	7	-	162.508	162.508	79.781	70.200	656.269
Total do ativo	1.725.069	27.740	1	162.508	162.508	79.807	70.200	656.269
Passivo circulante	167.744	18.957	572	-	-	22	-	1
Passivo não circulante (i)	582.474	11	35	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	974.851	8.772	(606)	162.508	162.508	79.785	70.200	656.268
Total do passivo e patrimônio líquido	1.725.069	27.740	1	162.508	162.508	79.807	70.200	656.269
Receita operacional líquida	53.894	16.567	-	-	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados	(33.561)	(17.354)	(286)	-	-	-	-	-
Lucro bruto	20.333	(787)	(286)	-	-	-	-	-
Resultado operacional, líquido	(10.225)	556	(293)	1.302	1.302	(63)	(2)	3.811
Lucro antes do resultado financeiro	10.108	(231)	(579)	1.302	1.302	(63)	(2)	3.811
Resultado financeiro, líquido	485	(214)	-	-	-	(1)	-	-
Lucro (prejuízo) antes do impostos sobre o lucro	10.593	(445)	(579)	1.302	1.302	(64)	(2)	3.811
Imposto de renda e contribuição social Correntes	(4.912)	-	-	-	-	-	-	-
Diferidos	2.136	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	7.817	(445)	(579)	1.302	1.302	(64)	(2)	3.811

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

Notas Explicativas**c) Energia e outros**

	<u>Tucano</u>	<u>Retirinho</u>	<u>Guariroba</u>	<u>Estrela</u>	<u>Rio Dourado</u>	<u>Lubina</u>	<u>Rio Canoas</u>	<u>Trevally</u>	<u>Taboca</u>	<u>Guaru</u>
Ativo circulante	1	-	-	-	-	1	3.660	1	-	-
Ativo não circulante	1.475	244	1.693	-	-	-	61.020	-	1	1
Total do ativo	1.476	244	1.693	-	-	1	64.680	1	1	1
Passivo circulante	8	-	-	-	-	-	580	-	-	-
Passivo não circulante (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	1.468	244	1.693	-	-	1	64.100	1	1	1
Total do passivo e patrimônio líquido	1.476	244	1.693	-	-	1	64.680	1	1	1
Receita operacional líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro bruto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas operacionais, líquidas (ii)	(22)	-	-	-	-	-	(368)	(1)	-	-
Prejuízo antes do resultado financeiro	(22)	-	-	-	-	-	(368)	(1)	-	-
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo antes dos impostos	(22)	-	-	-	-	-	(368)	(1)	-	-
Imposto de renda e contribuição social										
Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do período	(22)	-	-	-	-	-	(368)	(1)	-	-

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

(ii) As investidas em fase de implantação tiveram seus gastos pré-operacionais registrados no grupo "Despesas operacionais, líquidas de outras receitas" devido à eliminação do grupo "Ativo diferido", no ativo não circulante, e da impossibilidade em reconhecer esses gastos em outros grupos do ativo.

d) Serviços de cabotagem

	<u>Maestra</u>	<u>Vessel Log</u>	<u>NTL</u>
Ativo circulante	1.216	138	5.096
Ativo não circulante	34.376	36.636	62.672
Total do ativo	35.592	36.774	67.768
Passivo circulante	36.610	2.476	2.609
Passivo não circulante (i)	-	20.859	53.117
Patrimônio líquido (i)	(1.018)	13.439	12.042
Total do passivo e patrimônio líquido	35.592	36.774	67.768
Despesas operacionais, líquidas	(992)	(1.542)	(2.784)
Prejuízo antes do resultado financeiro	(992)	(1.542)	(2.784)
Resultado financeiro, líquido	(609)	(720)	(1.469)
Prejuízo antes dos impostos	(1.601)	(2.262)	(4.253)
Prejuízo do exercício	(1.601)	(2.262)	(4.253)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação, dentre as quais as principais são:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Participação no capital social e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

Notas Explicativas

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

2.3.1. Reconciliação do patrimônio líquido e resultado do exercício da controladora com consolidado.

	Patrimônio Líquido		Lucro líquido	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/03/2010
Controladora	1.379.625	1.370.819	8.484	10.699
Equivalência patrimonial não reconhecida:				
Rio Paraíba	(388)	(388)	-	-
Esparta	-	-	-	1.148
Maestra	-	-	101	91
Outras controladas	3	7	-	-
Resultado não reconhecido na cisão da Esparta	-	-	-	1.785
Participação de acionistas não controladores	35.064	37.077	(2.287)	(266)
Consolidado	1.414.304	1.407.515	6.298	13.457

No período que serviu de base para a preparação das Informações Trimestrais, a controlada Rio Paraíba apresenta passivo a descoberto. Por consequência, o investimento na respectiva controlada está registrado pelo valor zero nas Informações Trimestrais da controladora. Adicionalmente não foi reconhecida nenhuma provisão decorrente de obrigações das controladas por não haver coberturas de garantias, avais, fianças, hipotecas ou penhor concedidos, em favor dessas prestada pela controladora.

Em 1 de março de 2010, ocorreu cisão parcial da Esparta com acervo vertido para a controlada Concepa, a qual, não reconheceu em seu resultado o passivo a descoberto provindo da Esparta.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As Informações Trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, que devem ser lidas em conjunto com estas Informações Trimestrais. Cabe ressaltar que não houve alterações nas práticas contábeis no primeiro trimestre de 2011.

3.1. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

- IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada) - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda

Notas Explicativas

aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas Informações contábeis consolidadas da Companhia.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais a iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas Informações contábeis consolidadas.
- IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas Informações contábeis consolidadas da Companhia.
- IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas Informações contábeis consolidadas.

Melhorias para IFRS – O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:

- IFRS 3 – Combinação de negócios.
- IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros.
- IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras.

A Companhia não espera que as mudanças tenham impacto em suas Informações contábeis consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Disponibilidades	624	2.941	17.807	51.170
Aplicações financeiras	182	11	12.370	9.519
	806	2.952	30.177	60.689

As aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento do CDI, resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações financeiras vinculadas

A Triunfo e sua controlada Concepa constituem reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures. A controlada Econorte constituiu reserva monetária para o pagamento do empréstimo com o Banco do Brasil com vencimento em agosto de 2013, conforme descrito nas notas explicativas nº 16 e nº 17. A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário e pelo Banco do Brasil. A controlada Portonave possui um “escrow account” junto ao Deutsche Bank para recebimento dos adiantamentos efetuados pela seguradora, relativo ao sinistro ocorrido nas instalações da câmara frigorífica da controlada, conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iii). Tais recursos serão utilizados para o pagamento dos fornecedores para a reconstrução da câmara frigorífica. Os saldos apresentados são os seguintes:

	Consolidado	
	31/03/11	31/12/10
Triunfo (controladora)	6.366	25.130
Concepa	16.196	7.790
Econorte	3.604	3.527
Portonave	4.998	6.407
	31.164	42.854
Parcela do circulante	27.560	39.327
Parcela do não circulante	3.604	3.527

As características e remunerações dessas aplicações são similares àquelas descritas na nota explicativa nº 4.

Notas Explicativas**6. Contas a receber**

	Consolidado	
	31/03/11	31/12/10
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	10.789	11.573
Serviços portuários (carga, descarga e armazenamento)	7.825	7.191
Celesc Distribuição – Reembolso LT	5.888	7.556
Exportação/Importação de mercadorias	4.134	1.687
Outras contas a receber	44	45
	28.680	28.052
Provisão para devedores duvidosos	(69)	(83)
	28.611	27.969

A seguir, o saldo das contas a receber por vencimento:

	31/03/11	31/12/10
A vencer	28.611	27.969
Vencidos há mais de 90 dias	69	83
	28.680	28.052

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/03/11	31/12/10
Saldo no início do exercício	(83)	(61)
Adições	-	(22)
Recuperações / realizações	14	-
Saldo no final do exercício	(69)	(83)

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	4.111	2.986	4.462	3.337
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	27	-	151	124
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	748	687	1.131	1.034
Programa de Integração Social – PIS	8	8	93	133
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	-	-	393	37
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	32	32	2.083	1.855
Outros	28	50	293	236
	4.954	3.763	8.606	6.756
Parcela do circulante	4.954	3.763	7.631	5.879
Parcela do não circulante	-	-	975	877

Notas Explicativas

8. Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos são oriundos do prejuízo fiscal, da base de cálculo negativa da contribuição social e das diferenças temporárias registradas nas controladas que apuram o resultado pelo Lucro Real.

Quanto a sua natureza os saldos podem ser demonstrados como segue:

	Consolidado	
	31/03/11	31/12/10
<u>Prejuízo Fiscal e Base Negativa da Contribuição Social:</u>		
Imposto de renda diferido	2.215	2.991
Contribuição social diferida	797	1.077
<u>Diferenças Temporárias:</u>		
Imposto de renda diferido	9.891	9.489
Contribuição social diferida	3.561	3.417
	16.464	16.974

As diferenças temporárias correspondem basicamente à provisão para manutenção das rodovias, amortização do ágio advindo de incorporação da controlada Concepa e ativos diferidos reconhecidos no resultado em 2008.

Os créditos tributários diferidos registrados e a expectativa de realização é superior a 12 meses da data do balanço e estão baseados nas projeções de resultados com base nos orçamentos aprovados pelos Administradores das Controladas, sendo que a parcela dos créditos diferidos oriundos das diferenças temporárias depende do desfecho das operações que as originaram.

9. Operações com partes relacionadas

As Concessionárias de Rodovias contrataram as controladas Rio Bonito, Rio Guaíba e Rio Tibagi para prestar serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho), conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) e outros serviços. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares das operações com terceiros, regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANTT. O valor das receitas brutas das empresas de serviços, nos montantes de R\$10.668, R\$15.175 e de R\$9.479, respectivamente, foram completamente eliminados na consolidação das Informações Trimestrais, por se tratarem de operações entre as companhias consolidadas nas Informações Trimestrais, conforme descrito na nota explicativa nº 2.3.

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora					
	31/03/11			31/12/10		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber:						
Econorte	4.950	-	-	4.159	-	-
Concer	-	-	-	689	-	-
Rio Verde	278	-	-	264	-	-
Outros:						
Concepa	31	-	93	336	-	336
Outros	-	96	-	-	96	-
Total do circulante	5.259	96	93	5.448	96	336
Mútuos financeiros:						
Portonave (i)	40.455	-	1.519	40.794	-	4.289
Concepa	-	-	28	34.173	-	4.284
NTL (ii)	20.805	-	1.052	39.832	-	2.430
Outros:						
Outros	114	-	-	112	-	-
Total do não circulante	61.374	-	2.599	114.911	-	11.312
Total	66.633	96	2.692	120.359	96	11.648

(i) Mútuo referente a captações da Portonave com a Triunfo, atualizado por variação do dólar norte-americano mais 5,7452% a.a., equivalente a taxa ajustada com o acionista estrangeiro da Portonave, a fim de evitar a desqualificação da participação dos sócios.

(ii) Mútuo referente a captações da NTL com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,75% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.

Os principais contratos firmados em 2011 entre as concessionárias de rodovia e empresas de serviço são: (i) conservação, recuperação e manutenção de rodovias, incluindo obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio; (ii) atendimento a incidentes (recolhimento de animais e limpeza de pistas); (iii) operação de gerenciamento das “casas do motorista”; (iv) operação de sistema de pesagem; (v) apoio ao controle de tráfego; (vi) atendimento pré-hospitalar; (vii) socorro mecânico (resgate e guincho); (viii) inspeção e fiscalização tráfego e (ix) operação dos sistemas de arrecadação das praças de pedágio.

Notas Explicativas

	Consolidado					
	31/03/11			31/12/10		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber:						
Rio Verde	278	-	-	-	-	-
Prestação de serviço:						
BR-040 (Concer) (i)	-	1.765	-	-	2.262	-
CTSA (Portonave) (i)	-	1.063	-	-	667	-
Mútuos financeiros:						
Portonave (ii)	-	1.009	-	-	931	-
Outros:						
Outros	28	94	-	26	94	-
Total do circulante	306	3.931	-	26	3.954	-
Ativo Intangível de concessão:						
CTSA (Econorte) (i) e (iii)	3.008	-	2.852	11.524	-	4.927
Consórcio TRS (Concepa) (i) e (iii)	439	-	20	6.301	-	1.343
Total do não circulante	3.447	-	2.872	17.825	-	6.270
Total	3.753	3.931	2.872	17.851	3.954	6.270

- (i) As Concessionárias de Rodovias contrataram a Construtora Triunfo S.A. ("CTSA"), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através dos Consórcios Construtores nos quais esta participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias. Os preços e as quantidades das obras realizadas em rodovias estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e as obras e os serviços previstos no Contrato de Concessão são fiscalizados pelo Poder Concedente.
- (ii) A Triunfo e a Backmoon, acionistas da Portonave, possuem um mútuo com essa investida. Os saldos das remessas efetuadas pelos sócios quando não equivalentes não são eliminados na consolidação, o montante da diferença entre as remessas é registrado como ativo quando credores e passivo quando devedores.
- (iii) Esses saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no saldo do Ativo Intangível.

10. Participações a comercializar e Operações Descontinuadas

Conforme descrito na nota explicativa nº1 a) ii), em 31 de março de 2011, o investimento na controlada Rio Verde encontra-se destinado a venda, sendo o investimento, no montante de R\$260.060 (R\$259.475 em 31 de dezembro de 2010), apresentados no quadro abaixo, classificado na rubrica "Participações a comercializar" nas demonstrações financeiras da controladora. Os totais dos ativos e passivos da controlada Rio Verde foram segregados entre "Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas" e o resultado reclassificado para o resultado de "Operações Descontinuadas" para fins das demonstrações financeiras consolidadas, conforme CPC 31 (IFRS 5).

	Participação (%)	Participações a comercializar	
		31/03/11	31/12/10
Capital Social	99,99	130.000	130.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	100	35.426	35.426
Ajuste de avaliação patrimonial	100	92.327	93.202
Lucro (prejuízo) acumulado	100	2.307	847
		260.060	259.475

A equivalência patrimonial calculada neste período foi de R\$599.

Ainda em atendimento a Instrução CVM nº 247/96 e CPC 31 (IFRS 5), os saldos das principais contas dos balanços patrimoniais, das demonstrações do resultado,

Notas Explicativas

dos fluxos de caixa e dos valores adicionados dos períodos findos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estão apresentados a seguir:

Balancos Patrimoniais de operações descontinuadas	31/03/2011	31/12/2010
Ativos		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	29	59
Contas a receber	10.335	9.590
Impostos a recuperar	8.066	64
Aplicações financeiras vinculadas	13.552	13.203
Despesas antecipadas	161	603
Outros créditos	111	48
	32.254	23.567
Ativo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.314	8.207
Impostos a recuperar	22.439	-
Imobilizado	609.758	647.536
Intangível	11.263	11.651
	651.774	667.394
Total do ativo	684.028	690.961
Balancos Patrimoniais de operações descontinuadas	31/03/2011	31/12/2010
Passivo		
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	34.172	29.373
Fornecedores	1.229	1.825
Salários e encargos sociais	186	151
Obrigações fiscais	4.385	5.041
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.638	1.952
Dividendos a pagar	278	278
Outras obrigações	8.476	6.577
	50.364	45.197
Passivo não circulante		
Empréstimo e financiamentos	314.731	326.312
Imposto de renda e contribuição social diferidos	46.975	48.013
Outras obrigações	11.898	11.964
	373.604	386.289
Patrimônio líquido		
Capital social	130.000	130.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	35.426	35.426
Ajuste de avaliação patrimonial	92.327	93.202
Reserva de lucros	2.307	847
Prejuízos acumulados	-	-
Total do patrimônio líquido	260.060	259.475
Total do passivo e patrimônio líquido	684.028	690.961

Notas Explicativas

<u>Demonstração do resultado de operações descontinuadas</u>	31/03/2011	31/03/2010
		Reapresentado
Receita operacional líquida	22.192	5.608
Custos operacionais		
Salários e encargos sociais	(62)	-
Administradores	(107)	-
Operação e manutenção	(2.703)	-
Compra de energia elétrica	-	(2.854)
Depreciação e amortização	(5.770)	-
Encargos do setor elétrico	(2.871)	-
Total dos custos operacionais	(11.513)	2.754
Lucro operacional bruto	10.679	-
Despesas operacionais, líquidas		
Salários e encargos sociais	(256)	(360)
Administradores	(102)	(112)
Administrativas	(394)	(326)
Depreciação e amortização	(23)	(24)
Outras receitas e despesas	(169)	(529)
Total das despesas operacionais, líquidas	(944)	(1.351)
Lucro operacional, antes do resultado financeiro	9.735	1.403
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	539	38
Despesas financeiras	(9.344)	(1)
Total do resultado financeiro	(8.805)	37
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	930	1.440
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.476)	(186)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.145	447
Lucro líquido do período	599	1.701
Lucro por ação básico e diluído – R\$	0,0070	0,0241

Notas Explicativas

<u>Fluxos de Caixa de operações descontinuadas</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
		Reapresentado
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	599	1.701
Ajustes por itens que não afetam o caixa		
Depreciação do imobilizado	5.793	24
Amortização do intangível	214	-
Ajuste a valor presente da UBP	174	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.145)	(447)
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(745)	(906)
Impostos a recuperar	(30.441)	35
Reclassificação de créditos tributários do ativo imobilizado	32.005	-
Outros variações no ativo	30	(1.430)
Fornecedores	(596)	(6.979)
Obrigações sociais	35	23
Obrigações fiscais	(656)	1.053
Imposto de renda e contribuição social correntes	(314)	-
Outras obrigações	1.819	370
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	6.772	(6.556)
Atividades de investimentos		
Aquisição de bens do imobilizado	(20)	(18.344)
Adições ao ativo intangível e diferido	-	(1)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(20)	(18.345)
Atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	8.000
Captações de empréstimos e financiamentos	-	11.600
Juros sobre empréstimos e financiamentos	6.845	6.512
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(6.900)	(373)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.727)	-
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(6.782)	25.739
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(30)	838
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	59	578
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	29	1.416

Notas Explicativas

<u>Demonstrações do valores adicionados de operações descontinuadas</u>	31/03/2011	31/03/2010
	Reapresentado	
Receitas	23.772	24.164
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	5.820
Receitas relativas à venda de energia	23.772	18.344
Insumos adquiridos de terceiros	(6.921)	(14.071)
Custos aplicados nos ativos próprios	(4.973)	(12.423)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.948)	(1.648)
Valor adicionado bruto	16.851	10.093
Depreciação e amortização	(6.181)	(24)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	10.670	10.069
Valor adicionado recebido em transferência	539	38
Receitas financeiras	539	38
Valor adicionado total a distribuir	11.209	10.107
Distribuição do valor adicionado	11.209	10.107
Pessoal	433	428
Remuneração direta	323	319
Benefícios	94	91
F.G.T.S.	16	18
Impostos, taxas e contribuições	2.571	682
Federais	2.565	293
Estaduais	5	7.729
Municipais	1	38
Remuneração de capitais de terceiros	7.606	7.296
Juros relativos à capitais de terceiros	7.580	7.296
Aluguéis	26	-
Lucros retidos do exercício	599	1.701
Lucro do período	599	1.701

Perda por redução ao valor recuperável de imobilizado

Imediatamente antes da classificação da controlada Rio Verde como “Participações a Comercializar” e “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas”, o valor recuperável dos itens do imobilizado foi estimado sem que houvesse sido identificada perda no respectivo valor.

11. Despesas de exercícios seguintes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Gastos com apólices de seguros (i)	57	83	4.235	5.357
Outros gastos	143	60	637	201
	200	143	4.872	5.558

(i) São amortizados no mesmo prazo da vigência dos seguros contratados.

Notas Explicativas

12. Investimentos

a) Investimentos permanentes

Investimento	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outras	Investimentos permanentes em 31/03/11	Investimentos permanentes em 31/12/10
Econorte	125.377	100,0%	125.377	-	125.377	126.390
Rio Tibagi	4.476	100,0%	4.476	-	4.476	3.340
Concepa	114.707	100,0%	114.707	-	114.707	112.419
Rio Guaíba	9.599	100,0%	9.599	-	9.599	3.053
Concer	420.000	62,5%	262.500	-	262.500	259.631
Rio Bonito	2.960	62,5%	1.850	-	1.850	1.203
Convale	366	100,0%	366	-	366	366
Rio Paraiba	(389)	100,0%	(389)	389	-	-
Ecovale	8	52,5%	4	(4)	-	-
Maestra	(1.018)	100,0%	(1.018)	-	(1.018)	482
Vessel-Log (i)	13.439	65,0%	8.735	16	8.751	10.222
Tucano	1.468	100,0%	1.468	-	1.468	1.468
Retirinho	244	100,0%	244	-	244	244
Guariroba	1.693	100,0%	1.693	-	1.693	1.693
Santa Rita (ii)	79.785	1,5%	1.197	2.554	3.751	3.747
TPI-Log	656.268	100,0%	656.268	-	656.268	656.077
NTL (i)	12.042	65,0%	7.827	(308)	7.519	10.284
Trevally	1	100,0%	1	-	1	2
Lubina	1	100,0%	1	2	3	3
Rio Canoas	64.100	100,0%	64.100	-	64.100	30.403
Taboca (Caddis)	1	100,0%	1	-	1	1
Guaru	1	100,0%	1	-	1	1
Total	<u>1.505.129</u>		<u>1.259.008</u>	<u>2.649</u>	<u>1.261.657</u>	<u>1.221.029</u>

(i) Participações adquiridas ou constituídas em 2009, conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iv).

(ii) Em 01 de março de 2010, a Triunfo adquiriu 1,5% da participação do Pedro da Rocha Brites na Santa Rita correspondente a 3.750.000 ações ordinárias nominativas. Com o aporte integral da Companhia, o investimento em Santa Rita está desigual entre os acionistas no montante de R\$2.554.

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual de 2011 e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual, (ii) os custos e despesas operacionais projetados no histórico, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia.

Notas Explicativas**b) Movimentação dos investimentos permanentes**

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/10	Aportes de capital e aquisições	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos	Transferência	Investimentos permanentes em 31/03/11	Resultado de equivalência patrimonial em 31/03/10
Econorte	126.390	-	3.193	(4.206)	-	125.377	3.541
Rio Tibagi	3.340	-	4.374	(3.238)	-	4.476	3.283
Concepa	112.419	-	2.288	-	-	114.707	(1.976)
Rio Guaíba	3.053	-	11.046	(4.500)	-	9.599	8.765
Concer	259.631	-	2.869	-	-	262.500	2.281
Rio Bonito	1.203	-	3.359	(2.712)	-	1.850	2.833
Convale	366	-	-	-	-	366	(11)
Maestra	482	203	(1.703)	-	-	(1.018)	(35)
Vessel-Log	10.222	-	(1.471)	-	-	8.751	(309)
Tucano	1.468	22	(22)	-	-	1.468	-
Retirinho	244	-	-	-	-	244	-
Guariroba	1.693	-	-	-	-	1.693	-
Santa Rita	3.747	5	(1)	-	-	3.751	-
TPI-Log	656.077	-	3.811	(3.620)	-	656.268	(2.147)
NTL	10.284	-	(2.765)	-	-	7.519	(176)
Trevally	2	1	(2)	-	-	1	-
Lubina	3	-	-	-	-	3	-
Rio Canoas	30.403	34.065	(368)	-	-	64.100	-
Taboca (Caddis)	1	-	-	-	-	1	-
Guaru	1	-	-	-	-	1	-
Rio Verde (i)	-	-	599	-	(599)	-	2.972
Esparta	-	-	-	-	-	-	1.182
Total	<u>1.221.029</u>	<u>34.296</u>	<u>25.207</u>	<u>(18.276)</u>	<u>(599)</u>	<u>1.261.657</u>	<u>20.203</u>

- (i) Conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) ii), em 31 de março de 2011 o investimento na controlada Rio Verde encontra-se destinado a venda.

Notas Explicativas

13. Imobilizado

Custo	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. de Dados	Imobilizado em Andamento	Veículos	C
Saldo em 31/12/2010	152.038	550.353	220.385	5.120	11.148	55.243	4.568	
Construções / Aquisições	2.489	81	544	40	254	15.404	9	
Baixas	-	(37)	-	-	-	-	(535)	
Transferências	381	(50)	(332)	-	-	(330)	-	
Saldo em 31/03/2011	154.908	550.347	220.597	5.160	11.402	70.317	4.042	
Depreciação								
Saldo em 31/12/2010	-	(46.546)	(59.296)	(1.251)	(5.371)	-	(1.797)	
Depreciação	-	(1.277)	(1.007)	(58)	(209)	-	(180)	
Depreciação - Custo atribuído	-	(2.210)	(5.385)	(73)	(368)	-	(33)	
Baixas	-	-	2	-	-	-	101	
Transferências	-	(397)	-	-	-	-	-	
Saldo em 31/03/2011	-	(50.430)	(65.686)	(1.382)	(5.948)	-	(1.909)	
Valor residual líquido								
Saldo em 31/12/2010	152.038	503.807	161.089	3.869	5.777	55.243	2.771	
Saldo em 31/03/2011	154.908	499.917	154.911	3.778	5.454	70.317	2.133	

Custo atribuído ("Deemed Cost")

	Ativos do porto - Portonave	Camara Frigorífica - Portonave	UHE Salto - Rio Verde (*)	Total ajuste ao custo atribuído	IR diferido passivo (Nota 19)
Ajuste ao custo atribuído	687.895	5.484	143.194	836.573	284.43
Transferência para Operações Descontinuadas	-	-	(143.194)	(143.194)	(48.68)
Depreciação acumulada	(64.570)	(485)	-	(65.055)	(22.11)
Saldo em 31/12/2010	623.325	4.999	-	628.324	213.63
Depreciação do período	(8.091)	(108)	-	(8.199)	(2.78)
Saldo em 31/03/2011	(615.234)	(4.891)	-	(620.125)	(210.84)

(*) Estes ativos não estão consolidados conforme nota 10.

As controladas Rio Verde e Portonave adotaram a opção de avaliar seus ativos imobilizados ao custo atribuído em 37.

Notas Explicativas

14. Intangível

Custo	Controladora						Consolidado		Linhas Transf. (v)
	Ágio na aquisição da						Total Controladora	Ativos de Concessão de Rodovias (v)	
	Econorte (i)	Vessel	Esparta - Rio Guaíba	Concepa (iii)	Desenvolvimento de projetos (iv)	Licenças de uso e softwares			
Saldo em 31/12/2010	41.476	114	267	4.320	14.037	368	60.582	1.527.013	
Adições	-	-	-	-	3.352	-	3.352	28.536	
Baixas	-	-	-	(292)	(530)	(13)	(835)	(1.860)	
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	(10.492)	
Saldo em 31/03/2011	41.476	114	267	4.028	16.859	355	63.099	1.543.197	
Amortização									
Saldo em 31/12/2010	(15.866)	-	(19)	-	-	(179)	(16.064)	(580.026)	
Amortização	(589)	-	(9)	-	-	(15)	(613)	(25.011)	
Baixas	-	-	-	-	-	36	36	1.821	
Saldo em 31/03/2011	(16.455)	-	(28)	-	-	(158)	(16.641)	(603.216)	
Valor residual líquido									
Saldo em 31/12/2010	25.610	114	248	4.320	14.037	189	44.518	946.987	
Saldo em 31/03/2011	25.021	114	239	4.028	16.859	197	46.458	939.981	

- (i) Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% na Econorte. Os ágios serão amortizados proporcionalmente até outubro de 2021.
- (ii) Em junho de 2007 a Triunfo adquiriu, através das holdings Starport e Maris Gaudium, a participação adicional de 33,3% na Portonave. Os ágios estão sendo amortizados linearmente pelo prazo de dez e de seis anos, respectivamente, de acordo com o laudo de avaliação e projeções financeiras requerido pela Instrução CVM nº 247/96, sendo submetido ao teste de recuperabilidade de ativos. A partir de 1º de janeiro de 2009 foi suspensa a amortização e a aplicação do teste de recuperabilidade exigido pelo CPC 01. Em 2 de dezembro de 2009, os investimentos na controladas Maris Gaudium e Starport, foram transferidos para a TPI-LOG pelos valores contábeis avaliados conforme laudos elaborados por especialistas contratados. Em 30 de junho de 2010, a Triunfo corrigiu monetariamente referente ao pagamento da última parcela da aquisição das ações da Maris Gaudium que pertenciam a AEL Assessoria e Administração, em virtude da venda de ações de 05 de junho de 2007 e 3º aditivo contratual de 01 de dezembro de 2009. O montante de R\$11.969 foi registrado na rubrica de Contratos de 2009.
- (iii) Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% na Concepa. O ágio está fundamentado na aquisição de uma concessão de rodovia, sendo amortizado proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até junho de 2017. Em 1 de março de 2010, a Esparta transferiu o ágio para Concepa, sendo o ágio parcialmente elaborado por especialistas contratados. Em 25 de junho de 2010, a Triunfo efetuou a incorporação do acervo da Esparta, através de laudo de incorporação elaborado por especialistas contratados.
- (iv) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos rodoviário, portuário e de geração de energia. Esses gastos farão parte do custo do ativo de acordo com as suas vidas úteis estimadas, após o início de suas operações.
- (v) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias conforme ICPC 01.
- (vi) Estão representados exclusivamente pelos gastos relativos à implantação de uma linha de transmissão de energia elétrica, que foi construída pela controlada Portonave em janeiro de 2007, firmado com a CELESC Distribuição S.A. visando o benefício econômico pela melhor operacionalização das atividades portuárias. A aquisição foi realizada mediante mediação administrativa, ocorrida na ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), em 20 de setembro de 2009, a controlada Portonave aceitou receber a participação da Companhia da Celesc Distribuição, em 15 vezes, sem correção mediante compensação das faturas mensais, com complementação dos valores da parcela seja superior ao da fatura, relativo ao ressarcimento pela participação financeira de consumidor em instalação de transmissão. Por fim, o montante do ágio (Companhia), relativo a uma subestação de energia que compunha a linha de transmissão foi, através do acordo, reclassificada para o ativo imobilizado. O ágio está sendo amortizado pelo tempo estimado de recuperabilidade do investimento.

Notas Explicativas

16. Empréstimos e financiamentos

Tipo de empréstimos	Garantias	Indexador	Consolidado	
			31/03/11	31/12/10
Triunfo (controladora):				
Cédula de crédito bancário - Banco Votorantim	Ações da Companhia (Triunfo)	CDI + 2,5% a.a.	14.725	23.548
Conta garantida - Santander	Sem aval	121% do CDI	11.610	19.600
FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a.	18.745	14.784
Concepa:				
Cédula de crédito bancário - Banif	Arrecadação de pedágio (recebíveis)	IGP-M + 11% a.a.	24.103	22.826
Capital de giro - Santander	Subordinada	121% do CDI	-	2.052
Capital de giro - Votorantim	Ações da Companhia (Triunfo)	128,5% do CDI	110.559	110.854
Concer:				
Financiamento de imobilizado - BNDES	Ações da Concer	UM BNDES + 6,625% a.a.	1.586	1.737
Financiamento de imobilizado - BNDES	Ações da Concer	TJLP + 6,625% a.a.	11.389	12.203
Financiamento de imobilizado - BNDES	Ações da Concer	TJLP + 4,65% a.a.	2.117	2.258
Financiamento de imobilizado - FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a.	7.177	6.574
Cédula de crédito bancário - ABN Amro	Aval dos acionistas	CDI + 2,7% a.a.	3.242	4.519
Financiamento de imobilizado - FINAME - Santander	Aval da diretoria	7% a.a.	199	229
Capital de giro - Santander	Aval da diretoria	121% do CDI	19.203	19.422
Portonave:				
Financiamento de imobilizado - GE Capital	Ações da Portonave, Iceport e Teconnave	Variação Cambial + 5,7452% a.a.	88.071	94.977
Conta garantida - Bradesco	Aval da diretoria	CDI + 7,11% a.a.	123	-
Iceport:				
Conta garantida - Bradesco	Aval da diretoria	CDI + 7,11% a.a.	243	-
Econorte:				
Cédula de crédito bancário - ABN Amro	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 2,7% a.a.	3.750	5.534
Cédula de crédito bancário - Banco do Brasil	Ações da Econorte e cessão dos direitos creditórios de movimentação da receita de arrecadação de pedágio em conta do Banco do Brasil	CDI + 5,6% a.a.	30.099	33.104
Conta garantida - Santander	Sem aval	121% do CDI	6.636	6.550
Rio Guaíba:				
Financiamento de imobilizado	Bens objeto da operação	14,03% a 16,9% a.a.	181	249
Rio Bonito:				
Cédula de crédito bancário - Bradesco	Bens objeto da operação	6,17% a.a.	111	-
Financiamento de imobilizado - Finame - Bradesco	Bens objeto da operação	TJLP + 6,9% a.a.	744	974
Arrendamento mercantil - Bradesco	Nota promissória	19,4% a.a.	32	59
Maestra:				
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 2,7% a.a.	36.025	-
			390.670	382.053
Parcela do circulante			172.376	137.551
Parcela do não circulante			218.294	244.502

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos

17. Debêntures

	Consolidado	
	31/03/11	31/12/10
Triunfo (controladora)	186.314	214.716
Concepa	34.594	31.918
	220.908	246.634
Parcela do circulante	39.944	42.382
Parcela do não circulante	180.964	204.252

a) Triunfo

1ª Emissão

Em 1º de janeiro de 2002, foram emitidas 60.000 debêntures nominativas e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$60.000, amortizadas em cinco parcelas anuais iguais. Os saldos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são de R\$51.006 e R\$74.895, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do IGP-M, e são remuneradas mensalmente com base no valor unitário atualizado até dezembro de cada exercício a taxa de 1% sobre o saldo em circulação no último dia do mês e pagas no 5º dia útil do mês subsequente.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio e deságio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$700 e R\$843 em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, que juntamente com a taxa fixa de remuneração mensal incorporam a taxa efetiva da operação de 1,2% ao mês.

2ª Emissão

Em 12º de julho de 2010, foram emitidas 267 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$500.000, amortizáveis em cinco parcelas semestrais iguais e consecutivas.

Notas Explicativas

Os saldos em 31 de março de 2011 e de 31 de dezembro de 2010 são de R\$135.308 e R\$139.821, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 3% ao ano, e são remuneradas semestralmente, sem carência.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam o montante de R\$2.148 e R\$2.223 em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

b) Concepa

4ª Emissão

Em 31 de março de 2011 encontra-se em circulação 32.000 debêntures públicas nominativas, não conversíveis em ações, referentes à quarta emissão, realizada em 1º de setembro de 2006, com quatro anos de carência e vencimento em quatro parcelas anuais, com a liquidação da última parcela prevista para setembro de 2013. As debêntures referentes à quarta emissão são atualizadas pela variação monetária do IGP-M, acumulado a cada 12 meses, e recebem uma remuneração, paga anualmente, à taxa de juros equivalente a 10% ao ano sobre o valor nominal unitário das debêntures em circulação. Os saldos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 dessas debêntures são de R\$34.594 e R\$31.918, respectivamente.

Além das garantias da arrecadação dos pedágios, a Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores das debêntures, como não realizar operações fora de seu objeto social; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação de endividamento, entre outros. Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e sua controlada.

Para amortização anual das debêntures, de acordo com a escritura, a Companhia constitui uma conta reserva de amortização e a controlada Concepa constitui uma reserva mensal de recursos provenientes da arrecadação de pedágio. Esses recursos ficam aplicados em conta de aplicação específica até a data de cada amortização e estão apresentados na nota explicativa nº 5.

A parcela registrada no passivo não circulante em 31 de março de 2011, com vencimento até o ano 2015, está assim distribuída:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2012	-	11.869
2013	51.193	63.062
2014	52.898	52.898
2015	53.135	53.135
	<u>157.226</u>	<u>180.964</u>

Notas Explicativas**18. Impostos, taxas e contribuições**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-	2.422	2.593
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	-	6.241	6.733
Imposto de Renda Retido na Fonte	12	12	231	372
Cofins	1	6	1.081	1.181
PIS	2	26	1.805	1.614
INSS	1	-	760	572
Imposto Sobre Serviços	-	-	3.798	3.762
Imposto sobre Operações Financeiras	35	74	307	380
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	11	14	54	126
Outros impostos e contribuições	1	-	1.768	1.264
	63	132	18.467	18.597
Parcela do circulante	60	114	12.625	12.352
Parcela do não circulante	3	18	5.842	6.245

19. Imposto de renda e contribuição social diferidos**a) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados**

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas, não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

	31/03/11	31/12/10
Portonave	8.858	11.965
Triunfo	223.582	214.767
	232.440	226.732

Os créditos fiscais sobre os prejuízos e base negativa da contribuição social da Portonave foram reconhecidos com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros de acordo com as projeções de resultados aprovados pelos Administradores das Companhias e com base nos critérios determinados pela Instrução CVM nº 371/02. Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Consolidado	
	31/03/11	31/12/10
Reserva de reavaliação	138.244	143.222
Custo atribuído – ICPC 10 (Nota 13)	210.843	213.631
Varição cambial	9.625	9.494
Estorno de amortizações – ICPC 01	27.799	24.668
	386.511	391.015

Notas Explicativas

20. Contratos de aquisição de ativos

As obrigações assumidas pela aquisição de investimentos, equipamentos, terrenos e outros bens e direitos permanentes são reconhecidos pelos montantes atualizados, conforme as condições contratuais.

Conforme apresentado na nota explicativa nº 1 a) iii), em 25 de junho de 2008 a Triunfo firmou com Pedro e Joaquim Rocha Brites o contrato para aquisição de 100% das cotas da TPB, pelo montante de R\$70.200, sendo R\$30.000 pagos com ações da controlada Santa Rita, uma parcela de R\$5.000 na assinatura do contrato e o saldo de R\$35.200 em parcelas semestrais, corrigidas pelo IGP-M, mais juros mensais de 0,5% ao mês, nos montantes de R\$5.200, duas parcelas de R\$5.000 mais duas parcelas finais de R\$10.000.

Em 2009 a Triunfo re-negociou o saldo do contrato de R\$34.838 para o pagamento em 4 parcelas semestrais, sendo 2 parcelas pagas em 2010 no montante de R\$838 e R\$9.000 e 2 parcelas a serem pagas em 2011 no montante de R\$10.000 e R\$15.000 corrigidas pelo IGP-M, mais juros mensais de 0,75% ao mês. O saldo remanescente a pagar em 31 de março de 2011 é de R\$32.146 e R\$30.916 em 31 de dezembro de 2010.

21. Receitas diferidas, líquidas

As receitas diferidas correspondem aos recebimentos antecipados, líquidos dos custos e amortizações, decorrentes dos contratos de utilização da faixa de domínio das rodovias administradas pela controlada Concepa e pela controlada Concer, firmado com a Embratel em setembro de 2007.

O contrato prevê que a Embratel pagará uma remuneração total de R\$27.383 (R\$19.617 no consolidado) durante o prazo remanescente da concessão, dos quais R\$11.587 (R\$8.701 no consolidado) foram antecipados e reconhecidos como receitas diferidas. O saldo do contrato no montante de R\$15.796 (R\$10.916 no consolidado) será recebido em parcelas anuais, corrigidas anualmente pela variação do IGP-M.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência do contrato.

	Consolidado	
	31/03/11	31/12/10
Receita recebida antecipadamente	6.382	6.775
(-) Receita apropriada ao resultado	(2.015)	(2.131)
	4.367	4.644

22. Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia e suas controladas constituem, com base nos pareceres elaborados pelos seus assessores jurídicos, provisão para demandas judiciais e administrativas consideradas suficientes para cobrir perdas classificadas como prováveis nos processos administrativos e judiciais em andamento.

Notas Explicativas

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/10</u>	<u>Complemento</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31/03/11</u>
Processos cíveis	487	-	-	487
Processos trabalhistas	528	68	(216)	380
Total provisão	1.015	68	(216)	867

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são pólo passivo em processos cujas chances de êxito das partes reclamantes foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possíveis nos montantes de R\$17.822 e R\$12.301 em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, para os quais não foram constituídas provisões.

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

Não houve alteração nos litígios divulgados pela Companhia nas demonstrações financeiras de 31/12/2010.

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital autorizado da Companhia, conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de maio de 2007 é de 200.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, e em 31 de março de 2011 está representado por 146.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal no montante de R\$512.979.

Em 28 de junho de 2007, a Administração autorizou a realização da oferta pública de ações pela Companhia. As negociações das ações da Companhia no nível do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa tiveram início em 23 de julho de 2007 e sua liquidação ocorreu em 25 de julho de 2007.

Em 9 de outubro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 9.295.472 novas ações ordinárias e sem valor nominal, ao preço de R\$5,49 por ação, totalizando um aumento de R\$51.032.

Até 31 de dezembro de 2009 haviam sido integralizadas 7.842.128 ações no montante de R\$43.053, reconhecidos como adiantamento para futuro aumento de capital. O saldo de 1.453.344 ações foi totalmente integralizado através do leilão realizado em 19 de janeiro de 2010 ao preço, líquido das comissões, de R\$ 6,32 gerando um ágio de R\$1.194. Nessa mesma data o aumento de capital foi homologado através da Reunião do Conselho de Administração, passando o capital a da mesma data, após o qual o capital passou a ser representado por 146.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, representadas pelo montante de R\$512.979.

Notas Explicativas

b) Dividendos

Aos acionistas é garantido o dividendo mínimo de 25,0% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária.

O montante de dividendos a pagar de R\$7.413 em 31 de março de 2011 refere-se ao saldo de dividendos propostos do exercício de 2010, “ad referendum” da Assembléia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2011, calculados conforme segue:

Lucro líquido do exercício de 2010	32.458
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(1.623)
(+) Saldo de reserva de retenção de lucros de 2009 – após efeito adoção dos CPC’s	10.135
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	39.176
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	22.816
Base de cálculo de dividendos	102.962
Proposta da Administração:	
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	25.741
Dividendos distribuídos em 2010	(18.328)
Dividendos propostos	7.413
 Dividendos por lote de mil ações (em reais)	 0,0508

c) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado nas controladas da Companhia, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica “Reserva de reavaliação”, no patrimônio líquido.

Também sobre a mais valia reconhecida foram constituídos impostos diferidos em contrapartida da conta “Imposto de renda e contribuição social diferidos” no passivo.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados.

A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica “Lucros acumulados”, nos termos da Deliberação CVM nº 183/95 da Lei nº 6.404/76, integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

As controladas Portonave e Rio Verde, conforme descrito na nota explicativa nº 13, efetuaram ajuste ao custo atribuído, de acordo com ICPC 10 e CPC 37. Na data de transição o valor desta mais valia foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários e serão realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens.

Notas Explicativas

e) Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33 e CPC 41, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Segue abaixo o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	8.484	10.699
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico	146.000.000	146.000.000
Média ponderada das opções exercíveis ao final do exercício – diluído	635.616	61.306
Média ponderada das opções que seriam exercidas a valor inferior ao preço médio de mercado – diluído	(635.616)	(61.306)
Resultado por ação – básico e diluído	0,0581	0,0733

Conforme nota explicativa nº 25, em 23 de setembro de 2009 e 1º de maio de 2010 o Conselho de Administração aprovou duas outorgas de opção de compra de 500.000 ações cada da Companhia para executivos e empregados, que não causarão impacto no cálculo do lucro diluído por ação em 2009 e 2010, tendo em vista que o preço do exercício da opção sobre ações é superior à média do preço de mercado no período.

f) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

24. Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	114.265	99.801
Operação de carga de terceiros - porto	28.847	24.082
Operação de carga própria - porto	8.775	1.543
Construção de ativos das concessões de rodovia	28.536	14.259
Outros	1.199	753
	181.622	140.438
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	(14.256)	(12.141)
	167.366	128.297

25. Plano de remuneração baseada em ações

Em 29 de junho de 2007, a Assembléia Geral Extraordinária aprovou as condições gerais do Plano de Outorga de Opção de Ações, que prevê a outorga da opção de compra de até 2 milhões de ações da Companhia aos seus diretores e empregados, ao preço de exercício de R\$9,00 (nove reais), correspondente ao

Notas Explicativas

preço mínimo da faixa indicativa de preço de emissão e venda por ação informado no Prospecto Preliminar da Oferta de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.

Esse plano é administrado pelo Conselho de Administração que estabelece os critérios de outorga das opções de ações para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, quais os profissionais elegíveis que serão participantes, a quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções, assim como o prazo de vigência e as condições de exercício da opção.

Em 23 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano.

O período de aquisição do direito de exercício das opções foi contado da data da outorga até 30 de abril de 2010. Anualmente, a partir da data da realização da Assembléia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras do ano anterior, será outorgado aos beneficiários a proporção de até 25% do total das opções aprovadas na Assembléia de 27 de julho de 2007. As opções são válidas pelo prazo de até 8 anos, contados da data da outorga pelo Conselho de Administração da Companhia, com vencimento até 23 de setembro de 2017.

Em 01 de maio de 2010, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano.

As informações de movimentação das quantidades de opções relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

	Controladora e consolidado			
	31/03/11		31/12/10	
	Quantidade	Preço médio ponderado – R\$	Quantidade	Preço médio ponderado – R\$
Saldo no início do trimestre	1.000.000	9,00	1.000.000	9,00
Movimentações:				
Concedidas	-	-	-	-
Saldo no final do trimestre	1.000.000	9,00	1.000.000	9,00

	Controladora e consolidado	
	31/03/11	31/12/10
Ações exercíveis	500.000	500.000
Prazo de vida útil (anos)	7	7

Na primeira outorga de ações em 23 de setembro de 2009, o valor de mercado de cada opção concedida, estimado na data da concessão da outorga, foi determinado com base no modelo de precificação de opções Black-Scholes, considerando as seguintes premissas: expectativa considerada de dividendos de 0%; volatilidade de 55,97%; taxa de juros livre de risco de 8,96% ao ano; e prazo de vencimento de 8 anos.

Notas Explicativas

Na segunda outorga de ações em 01 de maio de 2010, foram consideradas as seguintes premissas no modelo de precificação de opções Black-Scholes: expectativa considerada de dividendos de 0%; volatilidade de 37,44%; taxa de juros livre de risco de 11,20% ao ano; e prazo de vencimento de 7 anos.

As despesas reconhecidas nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010 são de R\$322 e R\$538, respectivamente, e foram registradas nas rubricas de despesas com remuneração de administradores no montante de R\$279 (R\$467 em 31 de março de 2010) e despesa com pessoal no montante de R\$43 (R\$71 em 31 de março de 2010).

26. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

	Tipo de cobertura	Importância segurada (i)
Econorte	Danos patrimoniais e perda de receita	473.275
Concepa	Garantia de execução da concessão	11.500
Concer	Responsabilidade civil	12.920
Concer	Garantia de execução da concessão	12.344
Concer	Danos materiais e perda de receita	69.169
Concepa	Riscos operacionais	19.311
Portonave	Seguro operador portuário	US\$ 72.000
Concer e Concepa	Frota de veículos	100% da tabela FIPE (ii)

(i) A importância segurada corresponde a 100% do valor das apólices. Não são considerados os percentuais de participação da Triunfo. Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

(ii) Preço médio de reposição, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

27. Remuneração dos administradores

Na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 7 de abril foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia e de suas controladas, nos respectivos montantes de R\$8.300 e de R\$10.600 (R\$16.364 no consolidado).

O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

Adicionalmente a Companhia possui um plano de opções de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 25, que prevê a outorga de até 2 milhões de opções de compra de ações da Companhia. Até 31 de março de 2011 haviam sido outorgadas aos Administradores da Companhia um total de 1.000.000 de opções de compra de ações da Companhia.

Até 31 de março de 2011 foram reconhecidos no resultado do exercício o montante de R\$2.156 (R\$1.299 em 31 de março de 2010) na controladora e de R\$4.003 (R\$2.380 em 31 de março de 2009) no consolidado respectivamente, sendo que, desses montantes, R\$279 (R\$467 em 31 de março de 2010) correspondem as opções outorgadas decorrentes do plano de opções, conforme descrito na nota explicativa nº 25.

Notas Explicativas**28. Imposto de renda e contribuição social no resultado**

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10
Lucro antes do IRPJ e CSLL	8.484	10.699	12.627	13.130
IRPJ e CSLL à alíquota nominal de 34%	(2.885)	(3.638)	(4.293)	(4.464)
Compensação de créditos tributários	-	-	1.057	-
Exclusões (adições) permanentes	2.885	3.638	(2.635)	1.819
Adições temporárias	-	-	(5.471)	(5.416)
IRPJ e CSLL correntes	-	-	(11.342)	(8.061)
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	4.414	5.416
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	-	-	(6.928)	(2.645)
Alíquota efetiva			54,9%	20,1%

A alíquota nominal dos impostos é de 34,0% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real ou através da aplicação da margem de presunção do lucro sobre a receita operacional bruta, no regime do Lucro Presumido. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

A controladora, por não possuir expectativa de resultados tributáveis futuros, não constitui créditos tributários sobre suas diferenças temporárias, conforme critérios definidos pela Instrução CVM nº 371/02.

Notas Explicativas

29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10
Receita financeira				
Rendimento de aplicação financeira	136	59	863	575
Juros recebidos	1.036	1.011	167	229
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	-	-	594	36
Outros juros e descontos obtidos	-	1.510	66	55
Despesa financeira				
Juros e remunerações sobre debêntures	(7.291)	(4.088)	(9.885)	(6.839)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	(2.907)	(1.286)	(14.743)	(10.958)
Outros juros, multas e atualizações	(472)	(1.492)	(2.815)	(3.842)
Impostos sobre operações financeiras	(81)	(57)	(598)	(205)
Variação cambial, líquidas	-	-	1.963	(2.848)
Resultado financeiro	(9.579)	(4.343)	(24.388)	(23.797)

30. Instrumentos Financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como conseqüência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Valor Contábil		Valor justo	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	30.177	60.689	30.177	60.689
Aplicações financeiras vinculadas	31.164	42.854	31.164	42.854
Contas a receber, líquidas	28.611	27.969	28.611	27.969
Indenizações a receber	4.337	3.721	4.337	3.721
Impostos a recuperar	7.631	5.879	7.631	5.879
Depósitos judiciais	1.028	1.183	1.028	1.183
Total	102.948	142.295	102.948	142.295
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	390.670	382.053	390.670	382.053
Debêntures e prêmio de não conversão	220.908	246.634	220.908	246.634
Fornecedores	30.518	38.628	30.518	38.628
Salários, provisões e contribuições sociais	10.642	9.183	10.642	9.183
Dividendos	9.407	7.413	9.407	7.413
Impostos a pagar	18.467	18.597	18.467	18.597
Outras obrigações	32.146	30.916	32.146	30.916
Total	712.758	733.424	712.758	733.424

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

- A parcela das debêntures tiveram o seu valor contábil ajustado ao valor justo.

b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Durante o primeiro trimestre de 2011, a Companhia atualizou as ações emitidas aos debenturistas pelo valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 se aproximam dos valores de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 12,25% para o ano de 2011 e este

Notas Explicativas

definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2011, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Triunfo (Controladora e Consolidado)

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário Provável (I)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Aplicações financeiras	CDI	12,25%	9,19%	6,13%
Triunfo (controladora)		802	602	401
Concepa		1.984	1.488	992
Econorte		441	331	221
Portonave		2.092	1.569	1.046
Iceport		14	10	7
		5.333	4.000	2.667

R\$43.534 (*)

(*) Saldos em 31 de março de 2011 aplicados em CDB e Fundos DI

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de março de 2011, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IGP-M vigentes em 31 de março de 2011, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2011 e a partir deste calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2011. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31 de março de 2011 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Triunfo (Controladora)

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário Provável (I)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
CCB – Votorantim	CDI	1.804	2.255	2.706
Conta Garantida – Santander	CDI	1.422	1.778	2.133
R\$26.335 (*)		3.226	4.033	4.839
1ª Emissão de Debêntures	IGP-M	3.550	4.438	5.325
2ª Emissão de Debêntures	TJLP	8.118	10.148	12.178
R\$186.314 (*)		11.668	14.586	17.503
Taxa/índice sujeitos às variações	CDI	12,25%	15,31%	18,38%
Taxa/índice sujeitos às variações	IGP-M	6,96%	8,70%	10,44%
Taxa/índice sujeitos às variações	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%

(*) Saldos em 31 de março de 2011

Notas Explicativas**Triunfo (Consolidado)**

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário Provável (I)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
CCB – Controladora	CDI	1.804	2.255	2.706
Conta Garantida – Controladora	CDI	1.422	1.778	2.133
Capital Giro – Concepa	CDI	13.543	16.929	20.315
CCB – Concepa	IGP-M	1.678	2.097	2.516
BNDES – Concer	TJLP	810	1.013	1.216
CCB – Concer	CDI	397	496	596
Capital Giro – Concer	CDI	2.352	2.940	3.529
Financiamento GE – Portonave	VC (dólar)	177	25.895	51.612
Conta Garantida - Portonave	CDI	15	19	23
Conta Garantida – Iceport	CDI	30	37	45
CCB – Econorte	CDI	4.147	5.183	6.220
Conta Garantida – Econorte	CDI	813	1.016	1.219
Finame – Rio Bonito	TJLP	45	56	67
CCB – Maestra	CDI	4.413	5.516	6.620
R\$362.639 (*)		31.646	65.230	98.817
1ª Emissão Debêntures - Controladora	IGP-M	3.550	4.438	5.325
2ª Emissão Debêntures - Controladora	TJLP	8.118	10.148	12.178
Debêntures - CONCEPA	IGP-M	2.408	3.010	3.612
R\$220.908 (*)		14.076	17.596	21.115
Taxa/Índice sujeitos às variações	CDI	12,25%	15,31%	18,38%
Taxa/Índice sujeitos às variações	IGP-M	6,96%	8,70%	10,44%
Taxa/Índice sujeitos às variações	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
Taxa/Índice sujeitos às variações	VC (dólar)	1,68	2,10	2,52

(*) Saldos em 31 de março de 2011

Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

Mais de 90,0% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência próximo a zero.

A controlada Portonave encontra-se no segundo ano de operação e possui um baixo histórico de inadimplência de seus clientes, representados por grandes armadores internacionais.

c) Risco de Mercado

i) Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, Variação Cambial e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

ii) Risco de Taxas de Câmbio: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de cambio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

d) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	45.080	57.932	390.670	382.053
Debêntures (Nota 17)	186.314	214.716	220.908	246.634
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	(806)	(2.952)	(30.177)	(60.689)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	(6.366)	(25.130)	(31.164)	(42.854)
Dívida líquida	224.222	244.566	550.237	525.144
Patrimônio líquido	1.379.625	1.370.819	1.414.304	1.407.515
Total do capital	1.603.847	1.615.385	1.964.541	1.932.659
Índice de alavancagem financeira - %	13,98	15,14	28,01	27,17

Notas Explicativas

31. Informações por segmento

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, conforme apresentados na nota explicativa nº 2.3, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios da Companhia foram divididos em seis segmentos operacionais principais, sendo eles o de concessões de rodovia, administração de portos, cabotagem, energia, holding e outros.

Nos segmentos operacionais estão os seguintes negócios da Companhia:

- Concessões de rodovia: As controladas Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaíba, Triunfo Convale, Rio Paraíba e Ecovale;
- Administração de portos: As controladas TPI-LOG, Starport, Maris Gaudium, Santa Rita, TPB, Portonave, Teconnave e Iceport;
- Cabotagem: As controladas Maestra, NTL e Vessel;
- Energia: As controladas Retirinho, Guariroba, Tucano e Rio Canoas;
- Holding: as operações da Companhia;
- Outros: As controladas Caddis, Guarú, Freijó, Rio Dourado, Lubina e Trevally.

A Companhia possui basicamente atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

Notas Explicativas

	31/03/2011				
	Rodovia	Porto	Cabotagem	Energia	Outros
Operações em continuidade					
Receita operacional líquida	132.220	35.146	-	-	
Custos dos serviços prestados	(78.123)	(25.519)	-	-	
Lucro bruto	54.097	9.627	-	-	
Receitas (Despesas) operacionais	(9.287)	(4.569)	(5.318)	(390)	(1.110)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	44.810	5.058	(5.318)	(390)	(1.110)
Resultado financeiro	(12.145)	134	(2.798)	-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	32.665	5.192	(8.116)	(390)	(1.110)
Imposto de renda e contribuição social	(5.540)	(1.388)	-	-	-
Lucro líquido das operações em continuidade	27.125	3.804	(8.116)	(390)	(1.110)
Operações Descontinuadas					
Lucro após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício antes da participação de acionistas não controladores	27.125	3.804	(8.116)	(390)	(1.110)
Participação de acionistas não controladores	-	7	2.280	-	-
Lucro líquido do exercício	27.125	3.811	(5.836)	(390)	(1.110)
Ativos totais por segmento	1.026.742	1.070.760	86.973	68.093	4.000
Passivos totais por segmento	493.549	384.591	62.510	588	1.000

(*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

	31/03/2010				
	Rodovia	Porto	Cabotagem	Energia	Outros
Operações em continuidade					
Receita operacional líquida	104.123	24.174	-	-	
Custos dos serviços prestados	(57.390)	(17.829)	-	-	
Lucro bruto	46.733	6.345	-	-	
Receitas (Despesas) operacionais	(7.275)	(3.129)	(586)	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	39.458	3.216	(586)	-	-
Resultado financeiro	(12.566)	(6.627)	(261)	-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	26.892	(3.411)	(847)	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.119)	(1.526)	-	-	-
Lucro líquido das operações em continuidade	25.773	(4.937)	(847)	-	-
Operações Descontinuadas					
Lucro após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício antes da participação de acionistas não controladores	25.773	(4.937)	(847)	-	-
Participação de acionistas não controladores	-	5	261	-	-
Lucro líquido do exercício	25.773	(4.932)	(586)	-	-
Ativos totais por segmento	971.515	1.163.059	31.749	3.032	5.000
Passivos totais por segmento	518.061	421.160	11.174	-	-

(*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

	Ano	Valor
ITR - Informações Trimestrais - 31/03/2011 - TPI - TRIUNFO PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S.A.	2011	44.015
	2012 a 2013	59.315
	2014 a 2017	7.154
Notas Explicativas		<u>110.484</u>

b) Concepa

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concepa assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

	Ano	Valor
	2011	24.387
	2012 a 2013	61.221
	2014 a 2017	504
		<u>86.112</u>

Até 31 de março de 2011, os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão foram integralmente cumpridos.

A controlada Concepa contratou da Companhia o aluguel de sua sede. O contrato possui vigência de 1 ano, com previsão contratual para opção de renovação. Os valores são reajustados pelo IGP-M e não há restrições à controlada Concepa ou qualquer obrigação derivada deste contrato.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar, considerando que a controlada Concepa espera renovar seu aluguel até o final do período da concessão, em 31 de dezembro são os seguintes:

	Ano	Valor
	2011	339
	2012 a 2014	1.116
	2015 a 2017	1.116
		<u>2.571</u>

2012	22.168
2013	26.939
2014	28.523
Após 2014	332.664
	<hr/>
	424.146
	<hr/>

d) Portonave

A Portonave, ao assinar o Contrato de Adesão com a União para a exploração do Terminal Portuário de Navegantes, fica livre de quaisquer ônus no que tange a uma remuneração por essa concessão, tanto para obtê-la quanto durante a exploração das atividades.

e) Ecovale

A continuidade dos investimentos, bem como as melhorias a serem realizados na rodovia, depende do desfecho da ação judicial que discute a nulidade do Contrato de Concessão, apresentada na nota explicativa nº 22 “b”.

f) Rio Canoas

Como pagamento pelo uso do potencial energético objeto do Contrato de Concessão com a ANEEL, a Rio Canoas recolherá à União, a partir da entrada em operação até o 35º ano da concessão, parcelas anuais de R\$587 referente ao Uso do Bem Público (“UBP”). As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do IPCA. Por se entender que o fato gerador da obrigação ocorre apenas quando do início da operação da usina, o mesmo não será registrado até que a primeira turbina comece a operar.

Notas Explicativas

33. Eventos subsequentes

a) Santa Rita – Licença Prévia Terminal Portuário Brites

Em 05 de abril de 2011, foi concebido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a licença prévia nº 399/2011 relativa ao Terminal Portuários Brites.

b) Cabotagem

Em abril de 2011, a controlada NTL entrou em operação com a prestação de serviços de cabotagem.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1. ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA.						
Companhia:						Posição em 31 de março de 2011 (Em Mil Ações)
TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
THP - Triunfo Holding de Participações Ltda.	88.009	60,28	-	-	88.009	60,28
João Villar Garcia	2.000	1,37	-	-	2.000	1,37
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.885	1,29	-	-	1.885	1,29
Miguel Ferreira Aguiar	2.000	1,37	-	-	2.000	1,37
Wilson Piovezan	2.000	1,37	-	-	2.000	1,37
Carlo Alberto Bottarelli	600	0,41	-	-	600	0,41
Antônio J. Monteiro da Fonseca de Queiroz	500	0,34	-	-	500	0,34
Allyrio de Jesus Dipp Filho	210	0,14	-	-	210	0,14
Sandro Antônio de Lima	11	0,01	-	-	11	0,01
Ana Cristina Solheid da Costa de Carvalho	8	0,01	-	-	8	0,01
EP Tidale LLC – BankBoston (Free Float) (i)	4.246	2,91	-	-	4.246	2,91
Eton Park Fund L.P. - BankBoston (Free Float) (i)	2.287	1,57	-	-	2.287	1,57
Cayuga Park QVT LLC – BankBoston (Free Float) (i)	5.652	3,87	-	-	5.652	3,87
UBS AG London Branch (Free Float) (i)	3.085	2,11	-	-	3.085	2,11
Vinci Gas Fundo Inv em Ações	2.912	1,99	-	-	2.912	1,99
Morgan Stanley Uruguay	2.726	1,87	-	-	2.726	1,87
Norges Bank	2.656	1,82	-	-	2.656	1,82
Squadra M Long	4.238	2,90	-	-	4.238	2,90
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros	20.975	14,37	-	-	20.975	14,37
Total	146.000	100,0	-	-	146.000	100,0

(i) Companhia domiciliada no exterior.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação:					Posição em 31 de março de 2011 (Em Mil Ações ou Cotas)	
THP - TRIUNFO HOLDING DE PARTICIPAÇÕES LTDA.						
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
João Villar Garcia	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Miguel Ferreira Aguiar	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Wilson Piovezan	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Antônio J. Monteiro da Fonseca de Queiroz	14.322	10,0	-	-	14.322	10,0
Total	143.218	100	-	-	143.218	100

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**2. POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31 de março de 2011						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	96.393.395	66,02	-	-	96.393.395	66,02
Administradores						
Conselho de Administração	209.901	0,14	-	-	209.901	0,14
Diretoria	618.766	0,43	-	-	618.766	0,43
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Ações em circulação	48.777.938	33,41	-	-	48.777.938	33,41
Total	146.000.000	100	-	-	146.000.000	100

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31 de março de 2010						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	96.873.495	66,40	-	-	96.873.495	66,40
Administradores						
Conselho de Administração	199.501	0,14	-	-	199.501	0,14
Diretoria	618.766	0,43	-	-	618.766	0,43
Conselho Fiscal (*)	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Ações em circulação	48.308.238	33,03	-	-	48.308.238	33,03
Total	146.000.000	100	-	-	146.000.000	100

(*) Até 31 de março de 2010 não havia sido instalado Conselho Fiscal.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

3. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado, perante Câmara de Arbitragem do Mercado, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva - Sem Ressalva - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Administradores e Acionistas da
TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DV. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de maio de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luciano Neris
Contador CRC-1PA007729/O-8-S-SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras com o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Ernst&Young Terco Auditores Independentes S.S. sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 12 de maio de 2011 e com as informações contábeis intermediárias relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2011.

São Paulo, 12 de maio de 2011.

Carlo Alberto Bottarelli
Diretor Presidente

Ana Cristina Carvalho
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras com o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Ernst&Young Terco Auditores Independentes S.S. sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 12 de maio de 2011 e com as informações contábeis intermediárias relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2011.

São Paulo, 12 de maio de 2011.

Carlo Alberto Bottarelli
Diretor Presidente

Ana Cristina Carvalho
Diretor de Relações com Investidores